

Da autoria da Prof. Doutora Isolina Pinto
Borges, mais um lançamento das
Edições **PSICOLOGIA**

Um manual completo e actualizado,
particularmente dirigido a estudantes de
cursos em que a *Psicologia do Desenvol-
vimento* tem lugar, professores e educa-
dores em formação, etc.
180 páginas, 21 x 15cm.

INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

MARIA ISOLINA PINTO BORGES

- 3. Os dois aos seis anos
- 4. A perspectiva de Erik Erikson
- 5. Os estádios impulsivo puro, emocional, sensório-motor e projectivo, de Henri Wallon
 - 5.1. O estádio impulsivo puro
 - 5.2. O estádio emocional ou de simbiose afectiva dos primeiros meses de vida: as primeiras permutas
 - 5.3. O estádio sensório-motor e a descoberta dos objectos
- 6. A perspectiva de Arnold Gesell: os três primeiros estádios
- 7. A noção de objecto e o mundo perceptivo segundo T. G. R. Bower
- 8. A importância da observação da criança: a interrelação mãe-criança de Colwin Trevarthen

- 9. A perspectiva de Piaget: a pré-operatividade, a análise e o conflito Edipiano
- 10. A perspectiva de Erik Erikson
- 11. O estádio sensório-motor prolongando-se no estádio do personalismo, segundo Henri Wallon
- 5. A criança dos 18 meses aos 5 anos na perspectiva de Arnold Gesell: o 4.º e 5.º estádios
- 6. A perspectiva da Aprendizagem social

Capítulo IV — A operatividade concreta coincidindo com o período de latência: aquisições escolares e socialização

- 1. Perspectivas
 - 1.1. Jean Piaget e a operatividade concreta: passagem da pré-operatividade à operatividade e conceitos básicos
 - 1.2. Sigmund Freud e o período de latência
 - 1.3. A perspectiva de Erik Erikson
 - 1.4. O estádio categorial segundo Piaget: características e evolução
 - 1.5. A perspectiva de Piaget: o período de latência e o estádio
- 2. Aspectos da observação da criança

Com o apoio da
FUNDAÇÃO ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA

ATENÇÃO:
Esta obra não se encontra à venda nas livrarias. Deverá ser solicitada directamente ao *Jornal de Psicologia* — Rua das Taipas, 76 — 4000 PORTO — juntamente com cheque ou vale de 350\$00 (despesas de envio incluídas).

Jornal de PSICOLOGIA



DIRECTOR: RUI A. GONÇALVES • PUBLICAÇÃO BIMESTRAL • ANO 7 • Nº 5 • PREÇO 200\$00 • NOV. - DEZ 1988

VOLUME

7

TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO NOS ESTADOS UNIDOS

Kenneth B. Hoyth
PÁGINA 3

DOS ACTORES AOS OBSERVADORES PARTICIPANTES DO FENÓMENO MIGRATÓRIO

Félix Neto
PÁGINA 6

EFEITOS PSICOLÓGICOS DA ACTIVIDADE FÍSICA

José Luis País Ribeiro
PÁGINA 10

A CRIANÇA CARECIDA DE MEIO FAMILIAR NORMAL

Dina Henriques
PÁGINA 15

REUNIÕES CIENTÍFICAS, CALENDÁRIO
E OUTRAS SECÇÕES

JORNAL DE PSICOLOGIA, 1988, VOL. 7, N.º 5

EDITORIAL

A FORMAÇÃO CIENTÍFICA EM PSICOLOGIA (III) - Do papel das associações científico-profissionais à função social dos congressos

Paralelamente à formação científica proporcionada pelas vias institucionais (Universidade e I.S.P.A.) da Psicologia portuguesa, emergiram neste país várias Associações de cariz científico-profissional, procurando não só dar uma certa "união" à classe como também, complementamente, poder contribuir, aqui e ali, para uma valorização dos conhecimentos dos seus membros e a troca de ideias possível com personalidades e organizações de outras áreas afins do saber (psicológico ou não), nacionais e/ou estrangeiras.

Enquanto algumas das Associações constituídas elaboravam os seus regulamentos no âmbito de projectos estatutários em que era visível a criação de um *espírito de classe*, outras, por seu turno, perfilavam-se em torno de objectivos mais concretos, nomeadamente, a implementação de cursos e acções de formação em determinados domínios. Um outro critério de diferenciação das Associações da psicologia portuguesa, era (e nalguns casos ainda será) a forma de admissão dos seus membros. Um dos casos mais típicos foi o da Associação Portuguesa de Licenciados em Psicologia que, como o próprio nome indica, nasceu sob o designio de acolher no seu seio unicamente os licenciados em psicologia, sendo desta forma excluídos todos os que pecavam por defeito (os chamados diplomados) ou por excesso (os então doutorados por universidades estrangeiras). Felizmente que, após a Convenção Nacional de Março de 1987, tal individualismo desapareceu, sendo que até o próprio nome se alterou para Associação dos Psicólogos Portugueses. Foi um sinal de mudança com objectivos unificadores da classe em torno de um projecto que, simultaneamente, conjugava e conjuga, a valorização científica com a valorização profissional dos psicólogos.

Os dois principais meios através dos quais este tipo de Associações divulga a sua existência junto dos potenciais membros, são a criação de publicações e a realização de reuniões científicas. Das primeiras, já foi caso aqui de nos pronunciarmos. Cabe, pois, a vez às segundas.

Quanto a mim, há que distinguir duas funções primordiais nas reuniões científicas: a da formação científica propriamente dita e a do lazer. A primeira, situa-se fundamentalmente naquilo que os oradores podem trazer de interessante para transmitir e a segunda terá mais a ver com a imaginação dos organizadores e da generalidade dos participantes. Resta agora saber que motivações animam as comissões organizadoras dos congressos, seminários, encontros e quejandos: se as que se prendem com a elevação do teor científico dos participantes, se aquelas que manifestamente procuram a rentabilização social do período em que decorre a reunião científica. A minha experiência destas lides vem-me dizendo que os melhores congressos são aqueles em que se viveu um melhor ambiente social já que, do ponto de vista científico, as pessoas lembram esta ou aquela comunicação e nada mais. De um modo geral, a imagem que vai ficando das reuniões científicas que por aí abundam é a de que elas servem, acima de tudo, para promover o curriculum de quem nelas é orador. Se assim por agora é, não terá forçosamente que o ser para sempre.

Ouso lançar uma ideia que me ocorre em estreita ligação com a seguinte inquietação: porque será que quando uma determinada Associação promove uma reunião científica, logo há um franzir de sobrolho por parte dos "eminentes" das outras Associações? É de facto uma desconfiança que me incomoda e que não partilho. Sei que há psicólogos diferentes. Uns melhores, outros piores. Mas de certeza que se dividem proporcionalmente pelas Associações existentes. Não vale pois a pena ficarmos com tantas rugas na testa sempre que não é a *nostra* Associação que promove esta ou aquela reunião científica. Sendo como sou um adepto incondicional do lazer - quer ele seja ou não promovido pelas lides científicas - só vejo pois uma solução. Ou ecleticamente nos filiamos em todas as Associações existentes, ou caminhamos decididamente para uma Associação coesa, una e englobante da generalidade dos objectivos que reputamos de válidos para a identidade da classe profissional que somos. A segunda opção pode ser de mais difícil concretização mas é inegável que seria a mais vantajosa. Até porque haveria mais meios de rentabilizar o nosso potencial social. E se não há mal que sempre dure que não seja este: o dos psicólogos andarem de costas voltadas uns para os outros. Há muito que já ninguém dança assim.

Rui Abrunhosa Gonçalves

Jornal de PSICOLOGIA

ISSN:0870-4783

DEPÓSITO LEGAL Nº 15561/87

DIRECTOR: Rui Abrunhosa Gonçalves

DIRECTORES ASSOCIADOS: Óscar Gonçalves e Miguel Cameira.

REDACÇÃO: Conceição Nogueira, Jorge Negreiros, José Fernando de Azevedo Cruz, Luísa Saavedra, Manuel Geadra, Margarida Cabugueira Custódio dos Santos, Maria do Céu Taveira, Natália Ramos, Paulo Machado, Pedro Pinho, Telmo Baptista e Teresa Freire.

SECRETARIADO: Maria Amélia Santos.

COLABORADORES: Leandro Almeida (Porto); Aires Gameiro (Lisboa); Albano Estrela (Lisboa) Amaral Dias (Coimbra); Anna Bonboir (Louvain - Bélgica); Bárto Campos (Porto); Bartha Lajos (Budapest - Hungria); Bracinha Vieira (Lisboa); Brigitte Cardoso e Cunha (Porto); António Simões e Aura Montenegro (Coimbra); G.R. Skanes (Newfoundland - Canadá); Georges Meuris (Louvain - Bélgica); Gerardo Marin (San Francisco - EUA); Gunnar Kylén (Estocolmo - Suécia); Hakan Brokstedt (Estocolmo - Suécia); Harlan Hansen (Minnesota - EUA), Isolina Borges e J. Bairrão Ruivo (Porto); Klaus Helkama (Helsinki - Finlândia); Leonard Goodstein (Washington, D.C. - EUA); Lois Thies Sprinthall (North Carolina - EUA); Luís Alberto Guerreiro (New Jersey - EUA); Maria de São Luís Castro (Porto); E. Mullet (Paris - França); Maurice Reuchlin (Paris - França); Nicolau Raposo (Coimbra); Norman Sprinthall (North Carolina - EUA); Patrícia Fontes (Irlanda); Peter Merenda (Rhode Islande - EUA);

SUBSIDIADO POR: Fundação Eng.º António de Almeida; Governo Civil do Porto; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

ASSINATURA ANUAL: Portugal - Pessoal: 1000\$00; Instituições: 2000\$00; Países de expressão portuguesa (Brasil e África) - U.S. \$10; U.S. - \$14; Europa - U.S. \$13; U.S. - \$16; Outros Países - U.S. \$16 - U.S. \$21; Preço avulso: 200\$00; Números atrasados: 150\$00.

FOTOCOPOSTO E IMPRESSO: Tipografia NUNES Lda., Rua D. João IV, 590 - 4000 Porto.

PROPRIETÁRIO: Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto

DISTRIBUIDORA: CDL - Av. Santos Dumont, 57-2º - 1000 Lisboa. Tel. 769744; Rua Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908; Rua Rosa Falcão, 9 - 3000 Coimbra. Tel. 29455.

TIRAGEM: 3000 exemplares.

LIVROS E PUBLICAÇÕES: Faremos referência a livros e outras publicações de que nos sejam enviados exemplares.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.

Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications.

We wish to establish exchange with other publications.

INDEXADO EM: Psychological Abstracts; Ulrich's Directory.

SUBSCRIPTION RATES:

	Brasil/África	Europe	All others
Individual	US \$10	US \$13	US \$16
Institutions	US \$14	US \$16	US \$21

BACK ISSUES AND BACK VOLUMES: Write to: Jornal de Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto, Portugal

O JORNAL DE PSICOLOGIA é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Psicologia e ciências afins. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Psicologia em Portugal, contribuindo assim para o seu avanço como ciência, como profissão e como um meio de promover o bem estar humano.

O conteúdo do JORNAL DE PSICOLOGIA abrange diferentes áreas e domínios. Para além de artigos e estudos de carácter teórico, revisões de literatura, documentos e artigos de discussão de práticas inovadoras, regularmente aparecem secções especiais. Uma secção de "Opinião" é dedicada à discussão de aspectos actuais relacionados com a prática da Psicologia, críticas, réplicas ou pequenos artigos apresentando ideias e/ou perspectivas de carácter inovador. Além disso, a secção "Entrevista com..." visa apresentar as ideias, o trabalho e o contributo, para o desenvolvimento da Psicologia, de especialistas nacionais e estrangeiros. Secções especiais são também dedicadas a revisões e comentários a livros e outras publicações, bem como a informações de carácter geral e a notícias sobre reuniões científicas nacionais e internacionais.

TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO NOS ESTADOS UNIDOS (*)

KENNETH B. HOYTH (**)

UNIVERSIDADE DE KANSAS STATE



Apresenta-se uma abordagem alargada do problema de transição da escola para o mundo do trabalho nos Estados Unidos, através da discussão de quatro tipos de factos: (1) as mudanças esperadas nas profissões entre 1987 e o ano 2000; (2) as mudanças esperadas na formação, tendo em conta os empregos do ano 2000; (3) as condições gerais de emprego das minorias, mulheres e imigrantes e (4) o estatuto geral dessas minorias, mulheres e imigrantes.

O autor propõe uma reforma educativa drástica como a solução principal para o problema e apresenta linhas de acção possíveis de acordo com as mudanças referidas.

Na América as realidades do emprego e da mão-de-obra serão alvo de mudanças drásticas, entre 1987 e o ano 2000. Os alunos que terminarem o ensino secundário no ano 2000 vão deparar com problemas de transição da escola para o mundo do trabalho muito diferentes daqueles com que os alunos actuais se deparam. Seremos míopes se tentarmos discutir esses problemas à luz dos subtemas tradicionais como por exemplo "a informação vocacional", "os procedimentos de procura de emprego" ou até os programas de "colocação". É necessária uma abordagem mais completa. Neste artigo, ilustrarei a seriedade do problema através da apresentação de quatro tipos de factos: (1) as mudanças esperadas nas profissões entre 1987 e o ano 2000; (2) as mudanças esperadas na formação, tendo em conta os empregos do ano 2000; (3) as condições gerais de emprego das minorias, mulheres e dos imigrantes; e (4) o estatuto geral dessas minorias, mulheres e imigrantes.

NATUREZA DA ESTRUTURA PROFISSIONAL AMERICANA: 1987-2000

Em termos de análise, o departamento de Estatísticas sobre o Trabalho (Bureau of Labor Statistics) (1987) previu que entre 1987 e o ano 2000 (1) a mão-de-obra aumentará mais lentamente do que no passado, devido fundamentalmente ao número baixo de jovens na população activa; (2) as indústrias da área da produção de serviços oferecerão cerca de 21 milhões de empregos, representando quase todos os empregos novos que aparecerão; (3) o emprego fabril diminuirá, e (4) aumentará a produtividade no trabalho.

Os níveis de competência necessários ao sucesso profissional aumentarão. O conteúdo e a complexidade dos

(*) Comunicação apresentada no Congresso Mundial de Orientação, organizado pela International Association for Vocational and Educational Guidance, Annecy, França. Setembro de 1987.

(**) A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Kenneth B. Hoyt, University Distinguished Professor, Kansas State University, College of Education, Blumont Hall, Manhattan, Kansas 66506, U.S.A.

Tradução: Maria do Céu Taveira.

empregos tem vindo a modificar-se face a mudanças tecnológicas (Mark, 1987). Apesar da designação de muitas profissões se manter estável, a tecnologia eliminou muitas das tarefas profissionais e substituiu-as por outras, novas. A necessidade de actualização profissional é evidente. Dado que mais de 70% das indústrias de produção de bens, americanas, está sujeita à competição estrangeira, existe também uma necessidade de aumento na produção (Choate & Linger, 1986). Será nos domínios de especialização da técnica e das vendas que se assistirá a um aumento dos empregos disponíveis, com exigências de níveis elevados de competência. Os empregos que exigem competências de nível médio terão uma representação mínima nas profissões do futuro e só um número muito reduzido de empregos estará acessível a trabalhadores sem qualificação profissional (Johnston & Packer, 1987). A maioria dos novos empregos que serão criados entre 1987 e o ano 2000 terão a ver com pequenos negócios (National Alliance of Business, 1986).

MUDANÇAS ESPERADAS NOS REQUISITOS DA FORMAÇÃO PARA OS EMPREGOS DO ANO 2000

O sucesso profissional exigirá níveis médios de formação mais elevados. O Departamento de Estatísticas sobre o Trabalho (1987) prevê um aumento (a um ritmo superior à média) do emprego nos domínios profissionais mais vastos e que requerem níveis elevados de formação e um declínio de emprego nos grupos profissionais que exigem uma formação de nível baixo, à excepção da área dos serviços. As estatísticas do mesmo departamento sugerem uma leve baixa no número de empregos que requerem um diploma de estudos secundários, um aumento dos empregos que requerem pelo menos um ano de estudos superiores e uma diminuição dos empregos existentes para quem desistiu dos estudos, no secundário. Johnston e Packer (1987) prevêm que, mais de metade dos empregos criados entre 1987 e o ano 2000, vão exigir um nível de formação superior ao ensino secundário e que quase um terço desses empregos serão preenchidos por diplomados do ensino superior. Além disso, prevêm que o número médio de anos de formação exigido por esses novos empregos será de 13.5 por comparação a 12.8 na actualidade.

A Aliança Nacional dos Negócios (National Alliance Business) (1986) enfatizou a necessidade urgente de no ano 2000 existirem trabalhadores com competências acadêmicas básicas, de resolução de problemas e interpessoais. Outros chamam-nos à atenção para a necessidade de os trabalhadores possuírem competências de pensamento crítico, de precisão e de sistemas de pensamento (Northwest Regional Educational Laboratory, 1984). Estas competências juntamente com outras têm sido classificadas como competências gerais de empregabilidade, necessárias ao sucesso profissional futuro (Committee for Economic Development, 1985; Hoyt, 1987). A ênfase tem sido colocada na preparação dos indivíduos para o trabalho num sentido genérico e menos na tradicional preparação para tipos específicos de emprego.

MUDANÇAS ESPERADAS NA MÃO-DE-OBRA: 1987-2000

As mudanças relativas à entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho serão rápidas e dramáticas. Em 1987, 47% da mão-de-obra na América era masculina e de raça branca. No ano 2000, somente 15% dos novos trabalhadores serão homens, de raça branca enquanto 85% serão de outras raças, mulheres e/ou imigrantes (Johnston & Packer, 1987). O grupo étnico em maior crescimento na América é o hispânico, com uma taxa de crescimento cinco vezes mais elevada que a da população em geral (National Education Association, 1987). Só as mulheres contribuirão para dois terços do crescimento da mão-de-obra durante os anos 80 e 90 (National Alliance of Business, 1986). As minorias constituirão 29% dos novos trabalhadores, entre 1987 e 2000 e cerca de 600.000 imigrantes legais e ilegais, que constituirão dois terços dos que procurarão emprego, vão entrar por ano nos Estados Unidos entre 1987 e 2000 (Johnston & Packer, 1987). Noventa por cento do número de crianças na miséria serão filhos de mães solteiras de raça negra e hispânica (*A Nation Prepared*, 1986). No ano 2000, nos Estados Unidos, uma em cada três pessoas será de outra raça que não a branca, e se a taxa de nascimento dos negros e hispânicos continuar a exceder a dos brancos, assiste-se a uma tendência que seguramente vai continuar (Hodgkinson, 1985).

Mulheres, minorias e imigrantes, enquanto grupos, significam pouco na realidade da mão-de-obra actual. O viés social e os estereótipos limitaram as oportunidades de desenvolvimento vocacional destes grupos: Para muitos desses indivíduos, a miséria é uma realidade de maior dimensão que as restrições de desenvolvimento vocacional. Os resultados estão à vista. Na última década, mantiveram-se os níveis baixos de emprego e de remuneração para os indivíduos de raça negra ou hispânica e uns e outros continuam a estar altamente representados no grupo de trabalhadores em profissões de declínio (Johnston & Packer, 1987). Apesar de mais de 75% dos novos empregos criados entre 1984 e 1995 pertencerem ao domínio dos negócios (Choate & Longer, 1986), muitos desses empregos não se localizarão em zonas urbanas, centrais, onde a maior parte das minorias reside (National Alliance of Business, 1986). A percentagem actual de desemprego juvenil (40%) nessas populações é três vezes mais elevada do que a percentagem para jovens brancos (15%) (Reconnecting Youth, 1985).

A percentagem de mulheres em empregos especializados e de gestão duplicou nos anos 70 (Hodgkinson, 1985). No entanto, a mão-de-obra é ainda fortemente segregadora quanto ao sexo e encontramos as mulheres sobretudo em empregos das áreas da burocracia, das vendas e dos serviços, de baixo estatuto e fraca remuneração, enquanto pelo menos 75% dos empregos com elevadas remunerações são ocupados por homens (Ehrhart & Sandler, 1987).

PREPARAÇÃO ACTUAL DAS MULHERES, MINORIAS E IMIGRANTES

O número mais elevado de novos trabalhadores na América, entre 1987 e 2000 será de pessoas que actualmente estão a ser inadequadamente formadas pelo sistema educativo existente. Enquanto o número minoritário de pessoas que frequenta o ensino superior tem vindo a subir nos últimos 25 anos (Garrett Park Press, 1987), as minorias continuam mal representadas nos grupos dos estudantes e dos diplomados do ensino superior (Astin, 1982). Portanto, o mesmo se aplica às mulheres (Ehart & Sandler, 1987). Quarenta por cento dos jovens de hoje, dos grupos minoritários, são funcionalmente analfabetos, com um abandono dos estudos, no caso dos jovens negros, na ordem dos 50%, em algumas cidades. As crianças negras são duas vezes mais suspensas da escola do que as brancas e só um em cinco alunos negros dos anos terminais do ensino secundário prossegue estudos superiores (Time for Results, 1986). Quarenta por cento dos jovens hispânicos não continuam estudos além do 8º ano e, durante o secundário, a percentagem de abandono é de 50% ou mais elevada (National Education Association, 1987).

Entre as mulheres que vão para o ensino superior e escolhem o ramo das ciências, somente 50% optam realmente por uma área científica (por comparação a 69% dos homens) e, apesar das mulheres receberem 29% dos graus de bacharel na ciência/engenharia, somente 25% recebe um grau de mestre e 18% de doutorado (Ehart & Sandler, 1987).

Os indivíduos de raça negra, hispânica e asiática contribuem para a crescente proporção de população escolar com acesso prioritário em 23 das 25 escolas urbanas mais importantes (*A Nation Prepared*, 1986). No entanto, prevê-se que no ano 1990, os negros continuarão a representar somente 5% da força do ensino (*A Nation Prepared*, 1986).

RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE TRANSIÇÃO ESCOLA - MUNDO DO TRABALHO NA AMÉRICA

Na ausência de uma reforma educativa drástica, a América corre o risco de criar uma sub-classe permanente de subempregados, desempregados e de pessoas não empregáveis. Se tivermos em conta a comparação de grupos, as mulheres, as minorias e os emigrantes estão pior servidos pelo sistema educativo e muito pior pelo sistema profissional do que os brancos de sexo masculino. Se o sistema educativo se mantiver, no essencial, como actualmente, é evidente que, no ano 2000 quando os trabalhadores com formação de nível mais elevado forem necessários, as mulheres, as minorias e os imigrantes vão lidar com sérias dificuldades de trabalho. Eles

irão abranger cinco sextos dos novos trabalhadores. A educação é o meio prioritário e mais válido para ao mesmo tempo reduzir este viés e ajudar as pessoas a saírem da pobreza. O sistema educativo americano deve submeter-se a reformas rápidas e drásticas se a América quiser competir eficazmente no mercado de trabalho no ano 2000.

Na década de 80 assistiu-se a uma reforma educativa tida como uma prioridade nacional pelos educadores americanos e por muitos dos que os apoiaram (Gross & Gross, 1985). Alguns, com efeito, exigiram mais requisitos para os diplomados do secundário, que, em si mesmo, provocou um aumento de abandono da escola secundária e portanto a solução do problema (Goertz, 1986). Muitos dirigiram a sua atenção para o aumento da qualidade dos professores e das condições de aprendizagem (*A Nation Prepared*, 1986; *Tomorrow's Teacher*, 1986). Outros fizeram uso do papel da educação no desenvolvimento económico como uma base primordial das alterações que sugeriam (Chamber of Commerce of the U.S., 1985; Committee on Economic Development, 1985). As propostas para os parceiros do sector privado do sistema educativo são muito conhecidas (Shetton, 1987). Uma proposta de reforma actualmente muito conhecida (*Time for Results*, 1986) tem recomendado algumas das grandes mudanças exigidas pelas condições já descritas. Essas recomendações prevem mudanças como por exemplo: (1) uma responsabilidade crescente dos professores e do sistema escolar; (2) escolas de um só ano; (3) um sistema educativo aberto relativamente ao acesso e ao sucesso; (4) medidas de realização como critério de promoção; (5) programas compensatórios massivos na pré-escola e na escola, para as crianças economicamente desfavorecidas; (6) programas de envolvimento familiar; (7) uso de novas tecnologias na sala de aula e (8) maior atenção aos objectivos da educação - incluindo o objectivo da educação como uma preparação para o trabalho.

Tendo em conta os tipos e as quantidades de oportunidades educativas justas, o novo corpo de trabalhadores poderá ajudar a América a seguir em frente. Para tal, têm que acontecer reformas educativas drásticas, caso contrário a presença desses novos trabalhadores contribuirá para o não desenvolvimento da América.

REFERÊNCIAS

- A nation prepared: teachers for the 21st century* (1986). Washington, D.C.: Carnegie Forum on Education and the Economy.
- Astin, A. (1982). *Minorities in higher education*. San Francisco: Jossey Bass.
- BLS previews the economy of the year 2000* (1987). Bureau of Labor Statistics. USDL 87-258. Washington, D.C.: U.S. Department of Labor.
- Business & education: partners for the future* (1985). Washington, D.C.: Chamber of Commerce of the United States.
- Choate, P. & Linger, J. (1986). The shape of things to come. *Vocational Education Journal*, 61, 7, 26-29.
- Ehrhart, J. & Sandler, B. (1987). *Looking for more than a few good women in traditionally male fields*. Project on the status and education of women. Washington, D.C.: Association of American Colleges.
- Employment policies: looking to the year 2000* (1986). Washington, D.C.: National Alliance of Business.
- Goertz, M. (1986). *State educational standards: a 50-state survey*.

- New Jersey: Princeton, Educational Testing Service.
- Gross, B. & Gross, R. (1985). *The great school debate*. New York: Simon & Schuster, Incorporated.
- Hodgkinson, H. (1985). *All one system: demographics of education, kindergarten through graduate school*. Washington, D.C.: Institute for Educational Leadership.
- Hoyt, K. (1987). *The future of career education: aspirations and expectations*. ERIC Center for Adult, Career, and Vocational Education. Columbus, Ohio: National Center for Research in Vocational Education (in press).
- Investing in our children: business and the public schools* (1985). New York: Committee for Economic Development.
- Johnston, W. & Packer, A. (1987). *Workforce 2000: work and workers for the twenty-first century*. Indianapolis, Indiana: The Hudson Institute.
- Mark, J. (1987). Technological change and employment: some results from BLS research. *Monthly labor review*, pp. 26-29.
- Minority student enrollments in higher education* (1987). Garrett Park, Maryland: Garrett Park Press.
- Reconnecting youth: the next stage of reform* (1985). A report from the business advisory committee. Denver, Colorado: Education Commission of the States.
- Reports of the Hispanic concerns study committee* (1987). Washington, D.C.: National Education Association.
- Shelton, C. (1987). *The doAble dozen*. Alexandria, Virginia: National community education association.
- Time for results: the governor's 1991 report on education* (1986). Washington, D.C.: National Governor's Association.
- Tomorrow's teachers* (1986). East Lansing, Michigan: The Holmes Group.

ABSTRACT

TRANSITION FROM SCHOOL TO WORK IN THE U.S.A.

A broader approach of the problem of transition from school to work in U.S.A. is presented through the discussion of four sets of facts: (1) changes expected in occupations between 1987 and the year 2000; (2) changes expected in education required for jobs in the year 2000; (3) current employment conditions for minorities, women, and immigrants in the work force; and (4) current education status of minorities, women, and immigrants. Drastic educational reform is proposed as the central solution of the problem. Recommendations for the major kind of changes called for by conditions described are also presented.

RÉSUMÉ

LA TRANSITION DE L'ÉCOLE POUR LE TRAVAIL AUX ÉTATS UNIS

On présente une approche qui concerne le problème de la transition de l'école vers le monde du travail aux États Unis d'après à la discussion conjointe de quatre facteurs: (1) les changements prévus dans les professions entre 1987 et l'an 2000; (2) les changements prévus dans la formation, exigée par les emplois de l'an 2000; (3) les conditions habituelles d'emploi des minorités, des femmes et des immigrants et (4) le statut éducatif habituel dans le monde du travail, des minorités, des femmes et des immigrants. Des réformes éducatives radicales sont proposées comme principale solution du problème et certaines lignes d'action, en fonction des changements référés sont aussi présentées.

DOS ACTORES AOS OBSERVADORES PARTICIPANTES DO FENÓMENO MIGRATÓRIO(*)

FÉLIX NETO (**)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Tendo por base estudos de campo efectuados quer em França quer em Portugal, o autor ilustra a abordagem do estudo do fenómeno migratório através dos seus actores e dos seus observadores participantes. Propõe-se assim o alargamento do campo de estudo a uma faceta complementar da migração e bem menos estudada, a dos observadores participantes.

Dentro desta perspectiva são efectuadas algumas considerações a propósito da emigração, regresso e desenvolvimento local.

A migração é um problema social "estrutural" da sociedade portuguesa. Omnipresente numa perspectiva diacrónica e sincrónica, a migração representa sem dúvida um dos fenómenos sociais mais significativos das gentes lusas.

Todavia um problema social não é "isso facto" um problema das Ciências Sociais. Só pode alcançar-se a tal, a partir do momento em que é problematizado segundo as teorias e as metodologias das ditas ciências.

Nas investigações sobre as migrações os tipos de abordagem e os níveis de análise são múltiplos. Duchac (1974), por exemplo, distingue três abordagens principais no estudo dos fenómenos migratórios: (1) a migração como fenómeno estatístico; (2) a percepção política dos fenómenos migratórios; e (3) os migrantes, actores da migração. Esta última perspectiva pressupõe que:

o migrante seja apreendido como indivíduo, com as suas características psicológicas originais, a sua história pessoal, a sua inserção em pequenos grupos em que não é considerado como uma unidade anónima - em primeiro lugar o grupo familiar, - enfim a sua visão particular da existência social. Sob este prisma, a sociologia das migrações constitui-se conjuntamente com uma psicossociologia do migrante (Duchac, 1974, pp. 344-345).

Mas nem todos os participantes do acontecimento migratório são actores. Daí que nos tenhamos proposto alargar o campo de estudo a uma faceta complementar da migração e bem menos estudada, os observadores participantes (Neto, 1986).

Para além dos habitantes dos países receptores de emigrantes, encontramos efectivamente duas categorias sociais que participam no acontecimento migratório português:

- As pessoas que emigram de Portugal e vivem no estrangeiro avaliadas em 1982 pela Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas em 3 887 390 indivíduos.

- Os Portugueses no seu país "in situ", tocados pela partida de familiares, ou simplesmente pelas consequências da emigração colocados porventura perante a alternativa - ficar ou partir.

O emigrante é um actor social antes de mais, pela sua participação na produção de um país estrangeiro. Mas mesmo a população migrante não activa participa na vida da sociedade de destino: através das actividades de consumo, das relações sociais, dos quadros de acção institucional (sindicatos, associações) dos mass-media... Esse actor encontra-se porém numa situação particular de bipolarização:

as migrações internacionais da força de trabalho põem em acção um sub-sistema socio-económico funcionando nos dois pólos (Cordeiro & Guffond, 1979, p. 4).

Se esta bipolarização dá um sentido ao discurso sobre o regresso, em particular para as primeiras gerações, interpela também no país de origem os indivíduos que não são migrantes. A sua influência confere-lhe a dimensão de um fenómeno psico-social maior e enraiza-o na vida quotidiana das sociedades de origem.

Situado dentro da perspectiva a "migração, através dos seus actores e observadores participantes" tentarei efectuar algumas breves considerações a propósito de *emigração, regresso e desenvolvimento local*.

No sentido lato entende-se por migração "a deslocação maciça de homens, de populações que passam de um país para outro para aí se estabelecerem" (Dictionnaire Robert).

Os estudos dos movimentos migratórios partem da definição do migrante como "indivíduo que efectua pelo menos uma migração durante um dado período" (Courgeau, 1973). Os termos migrado, imigrado ou emigrado implicam uma situação estável, ao passo que migrante sublinha o estado provisório, parecendo corresponder melhor ao vivido psicossociológico. O migrante não é tanto o que se implanta, como o que se desloca, sendo sempre susceptível de regressar ao seu país de origem.

Para os jovens, enquanto observadores participantes do acontecimento migratório, entrevistados no Norte de Portugal

a emigração evoca antes de mais a saída motivada socio-economicamente (trabalho, dinheiro) e investida de afectos (tristeza, saudade). Este núcleo imagético vai pois para além de uma definição codificada num dicionário.

No quadro 1 podem-se ver as motivações da emigração portuguesa expressas por actores e observadores participantes. Na coluna a indicam-se as respostas em percentagem de 480 adolescentes "in situ" relativas às causas da emigração dos portugueses em geral. Nesta coluna só estão apontadas as causas citadas em primeiro lugar. Três causas se salientam claramente das outras: *falta de trabalho, salários insuficientes, possibilidades limitadas de sucesso*. As colunas b e c indicam as causas citadas em segundo e terceiro lugar. A coluna d recapitula as três precedentes. Verifica-se que aqui as dificuldades de *alojamento* ocupam a terceira posição em importância. Na coluna e estão indicadas as respostas de um grupo de 313 trabalhadores migrantes portugueses na região parisiense. As causas *conhecer um país novo* (9%) e *aventura* (11%) em particular ocupam claramente um lugar maior (3 e 2% somente na coluna d). Todavia entre os sujeitos inseridos no processo migratório e os não inseridos há um consenso quanto às duas principais motivações da emigração portuguesa: falta de trabalho e insuficiência de salários.

Quadro 1 - Motivações da emigração. Os valores são percentagens arredondadas. As colunas a,b,c indicam as frequências de respostas observadas em 480 adolescentes residentes em Portugal (a, primeira causa; b, segunda causa; c, terceira causa). A coluna d recapitula as três primeiras. A coluna e mostra as respostas a esta questão emitidas por 313 trabalhadores portugueses instalados na região parisiense.

Motivações expressas	a	b	c	d	e
. Falta de trabalho	55	17	10	27	17
. Possibilidades limitadas de sucesso	10	18	16	15	17
. Salários insuficientes	27	43	17	29	29
. Dificuldades de habitação	4	14	30	16	4
. Procura de pessoas com mentalidade diferente	1	2	2	2	4
. Juntar-se a um amigo ou parente	1	1	5	2	4
. Estudar	0	3	10	4	
. Conhecer um país novo	0	1	6	3	9
. Procurar a aventura	1	1	4	2	11
. Outros	1	0	0	0	1

Fonte: Neto, 1986.

O problema do regresso tem polarizado os debates da vida económica, social e política dos países receptores e dos países de origem. Todavia se se trata de um problema actual, nem por isso é um problema recente. Todas as migrações, em todas as épocas e em todos os continentes comportaram uma parte maior ou menor de regressos. Ravenstein (1885), o primeiro investigador que pensou ter decoberto as "leis" das migrações avançou que todo o movimento de migração devia ser seguido de um movimento de sentido contrário. Se nas migrações transoceânicas nem sempre se partia para lá ficar definitivamente, nas migrações para a Europa ocidental o número de regressos tem tendência a crescer, dada a proximidade geográfica, a melhoria dos meios de comunicação e a relativa redução do custo dos transportes, entre outros factores.

Podem-se entender-se por regresso uma migração conduzindo um migrante ao seu país de origem uma primeira vez, com a ideia de aí se reinstalar definitivamente. Consideraremos o "regresso" na sua acepção mais lata e mais conforme à ideia que a maioria dos migrantes fazem: regresso ao "país", "à terra", "à família"; ao invés, a reinserção, enquanto regresso aos circuitos de produção do país, é uma perspectiva estranha a um certo número de migrantes. Excluímos, por conseguinte, do conceito de regresso, três noções vizinhas: o regresso episódico (férias, festas de família...), o regresso de trabalhadores sazonais e o repatriamento. Sinónimo de repatriamento é o retorno no sentido utilizado pela Primeira Reunião Anual do Conselho das Comunidades Portuguesas (Abril, 1981): "sempre que a saída de um país de acolhimento é compulsiva".

Importa pois distinguir regresso de reemigração e de emigração circular.

A análise documental das investigações empíricas sobre a migração portuguesa em França da primeira geração, bem como dois inquéritos que efectuámos nesse país em 1977 e em 1983 - com o objectivo central de estudar as relações entre perspectivas de regresso e alguns factores psicossociais que podem influenciar o regresso - puseram em evidência a existência da intenção de regresso ao país de origem. No inquérito de 1977, 87% dos migrantes interrogados tinham intenção de regressar e em 1983, 79% estavam nesse caso (quadro 2). De notar que os diferentes projectos migratórios não são pios desejos, pois encontram-se efectivamente associados a diferentes situações dos migrantes no processo adaptativo.

Quadro 2 - Intenções de regresso de migrantes portugueses em França em dois inquéritos (1977 e 1983) em percentagem.

	1977	1983
. Intenção de regresso num futuro indeterminado	37	20
. Intenção de regresso num futuro próximo (< 3 anos)	13	26
. Intenção de regresso num futuro intermédio (> 3> reforma)	31	27
. Intenção de regresso num futuro afastado	6	6
. Conflito de escolha	6	17
. Intenção de enraizamento	7	1
. Sem resposta	—	3

Fonte: Neto, 1980 e 1986.

É sobretudo à volta do local de residência antes de emigração que os fantasmas do regresso parecem concentrar-se. Aí os sujeitos continuam a encontrar um centro de referência e um princípio de protecção mental, comandando a dialéctica da mutação e da migração. Assim no inquérito de 1977, efectuado junto de migrantes em França, de entre aqueles que mencionavam o local de regresso, uma vez regressados a Portugal, 82% pensavam fixar-se no local onde nasceram e 90% no local onde residiam antes de emigrar.

Resultados de inquéritos posteriores confirmaram isso mesmo ao nível do regresso efectivo. Por exemplo o estudo do IED (Silva et al., 1984) mostrou que de entre os inquiridos,

(*) Comunicação apresentada para introduzir a discussão nos trabalhos de grupo sobre "emigração, retorno e desenvolvimento local", no Seminário "Intervenção e contributo dos agentes na promoção de desenvolvimento local" organizado pelos formandos do projecto JADE e equipa coordenadora e pela Comissão de Coordenação da Região Centro a 26 de Fevereiro de 1988. Dados apresentados neste artigo foram subsidiados pelo INIC (Linha de Acção nº 1 do Centro de Psicologia da Universidade do Porto).

(**) Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: Félix Neto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua das Taipas, 76 - 4000 PORTO.

90% declararam ter voltado para a mesma freguesia onde viviam antes de emigrar. A propensão ao regresso à terra de origem correlacionava positivamente com a idade; era mais acentuada no caso de regresso de França, mais nítida entre as respostas dos concelhos rurais e no grupo dos que trabalhavam na agricultura.

Os resultados mencionados permitem ilações práticas. Se os emigrantes pensam regressar na sua maioria às regiões de origem, é nas regiões de emigração que "os serviços de reinserção" (Rien Van Gendt, 1977) ligados ao desenvolvimento regional devem ser implantados.

A actual emigração portuguesa também é representada pelos jovens residentes em Portugal como sendo essencialmente temporária. Só 3% da amostra a considerava definitiva. Aparecia sobretudo como uma emigração a médio prazo, isto é, entre 5 e 20 anos. Esta percepção era compartilhada por quase 70% da amostra.

Quais as dificuldades com que se confronta o migrante aquando do regresso segundo os sujeitos ainda inseridos num processo migratório e segundo o olhar dos que não são emigrantes?

Tanto no estudo de 1977 como no de 1983 efectuados junto de emigrantes as dificuldades socio-económicas postas pela reinserção foram as mais evocadas. Por exemplo, em 1983 mais de metade da amostra (53,4%) mencionou como principal dificuldade aquando de um eventual regresso o facto de encontrar trabalho. A segunda dificuldade mais evocada foi em ter um salário conveniente. Mas o regresso põe igualmente problemas socio-culturais: a readaptação à mentalidade das pessoas que não emigraram e ao ambiente deixado anos atrás, ocupavam seguidamente o terceiro e quarto lugares na lista das dificuldades.

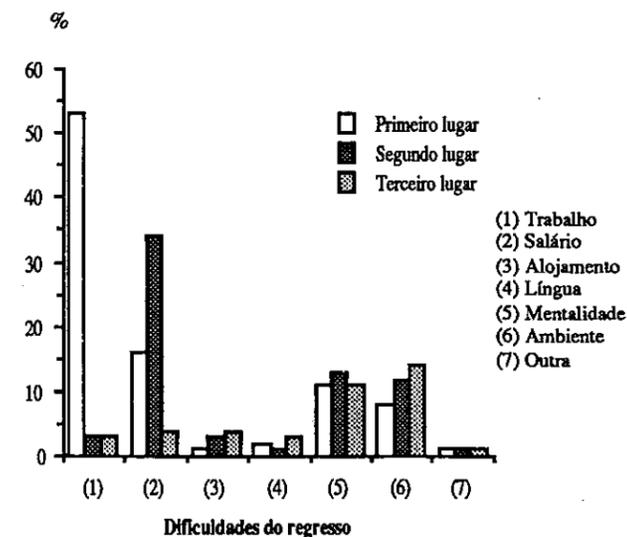


Figura 1 - Dificuldades aquando do regresso assinaladas em 1983 por 313 migrantes

Segundo a grande maioria dos jovens não inseridos num processo migratório o maior problema posto ao emigrante regressado definitivamente ao país de origem era obter trabalho (61%). O problema mais mencionado em segundo lugar

era o salário (figura 2).

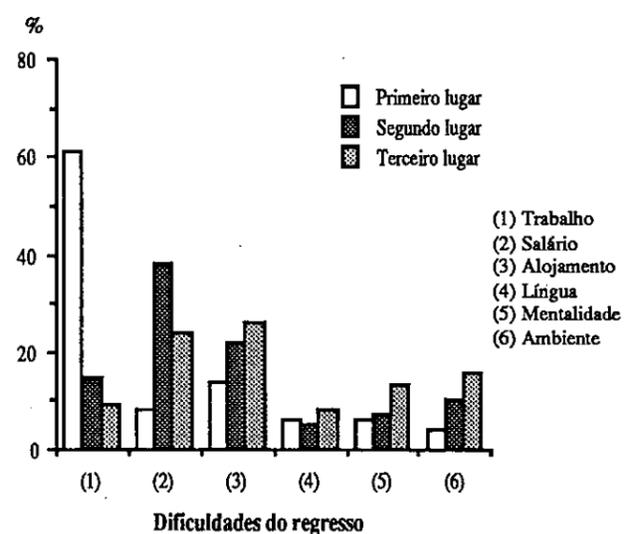


Figura 2 - Dificuldades aquando do regresso assinaladas em 1982 por 480 jovens in situ.

As principais dificuldades aquando de um eventual regresso coincidem assim quer, nos actores quer nos observadores participantes, com as motivações socioeconómicas da emigração: trabalho e salário. O reencontro deste círculo vicioso e tautológico de motivações de partida e de dificuldades de regresso contribui para a reprodução da emigração. Não é pois de admirar que quase metade da amostra dos jovens interrogados tivessem nas suas perspectivas de futuro o papel de emigrantes (47,3%).

Aos conceitos de projecto escolar, de projecto profissional é pois necessário incluir na paleta dos projectos, o projecto migratório, se pretendermos completar o campo do que se costuma chamar o projecto de vida e compreender um pouco melhor uma realidade que nos atinge (Neto & Mullet, 1987).

Estes dados vão ao encontro de trabalhos que estudaram a migração portuguesa efectivamente regressada (Silva et al., 1984), a saber, que não foram as condições de vida e de trabalho das regiões de origem que têm contribuído para o regresso dos emigrantes às suas zonas de origem, pois verificou-se uma ausência praticamente total do desenvolvimento regional como factor de regresso. Este regresso seria devido sobretudo a motivações socio-afectivas.

Perante a considerável existência de projectos de partir nos jovens e de regressar nos emigrantes, encontramos, de modo complementar, referências a causalidades económicas internas da migração que são duradouras. São modos convergentes de apontar a nossa incapacidade, por ora crónica, para estancar a hemorragia migratória. São modos de assinalar a nossa falta de imaginação colectiva para que o nosso rectângulo seja o lugar de convívio luso.

O migrante faz um desvio pelo mundo dos outros ansiando por voltar ao seu próprio mundo. Um dos desejos mais enraizados nos sujeitos que auscultámos foi o desejo de regresso ao país de origem. O migrante coloca incessantemente uma lança na região de origem com o pedido de que esta se

transforme, para aí ter lugar para as bagagens trazidas da viagem. Por seu lado um grande número de jovens em Portugal anseia hoje por entrar amanhã no mundo dos outros, o que manifesta a insatisfação com as condições de vida local e a apreensão pelas suas perspectivas de futuro na terra natal. Se o desenvolvimento local ainda não é suficientemente acentuado para suscitar o regresso, resta esperar que o regresso efectivo e quase "invisível" de migração que se tem verificado nos últimos anos se torne um factor potencial de desenvolvimento regional. Assim concretizar-se-iam as palavras de Miguel Torga:

Começo a caber na pátria. Já não olho a fronteira com a inquietação de outrora. O corpo e o espírito vão-se acostumando à ideia de que os sete palmos nacionais de terra chegam perfeitamente para consumir um destino humano (Torga, 1983, p. 118).

REFERÊNCIAS

- Cordeiro, A., & Guffond, J. (1979). *Les algériens de France. Ceux qui partent et ceux qui restent*. Paris: Ministère du Travail et de la Participation.
- Courgeau, D., (1973). Migrants et migrations. *Population*, 1, 95-129.
- Duchac R., (1974). *La sociologie des migrations aux Etats-Unis*. Paris, La Haye: Mouton.
- Neto, F. (1980). *Le retour des migrants portugais: contribution à l'étologie du retour au pays natal*. Thèse de doctorat 3. cycle. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Neto, F. (1985). *Jovens portuguesas em França: aspectos da sua adaptação psico-social*. Porto: Edições Jornal de Psicologia.
- Neto, F. (1986). *A migração portuguesa vivida e representada: contribuição para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos.
- Neto, F., & Mullet, E. (1987). Orientation: migrant. Résultats d'une enquête menée auprès d'adolescents portugais. *Berufsberatung und Berufsbildung* 72, 53-58.

- Ravenstein E. G. (1985). The laws of migration. *Journal of Royal Statistical Society*, BD 48, 167-227.
- Rien van Gendt (1977). *Services pour le retour et le réinsertion des travailleurs émigrés*. Paris: OCDE.
- Silva M. et al. (1984). *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Torga, M. (1983). *Diário XIII volume*. Coimbra: Edição do autor.

ABSTRACT

FROM THE ACTORS TO THE PARTICIPATING OBSERVERS IN THE MIGRATORY PHENOMENA

Utilizing data gathered from field studies in France and in Portugal, the author illustrates the approach of the study of the migratory phenomena through its actors and participating observers, spreading the focus of the investigations to a much less studied and known side of migration, the one which has to do with the participating observers.

At this level, some remarks are made concerning emigration, return and local development.

RÉSUMÉ

DES ACTEURS AUX OBSERVATEURS PARTICIPANTS DU PHÉNOMÈNE MIGRATOIRE

L'auteur illustre l'approche d'étude du phénomène migratoire à travers ses acteurs et ses observateurs participants. Ainsi est-il proposé l'élargissement du champ d'étude à une facette complémentaire de la migration, quoique de loin moins étudiée, celle des observateurs participants. Pour cela l'auteur s'appuie dans des enquêtes effectuées soit en France soit au Portugal.

A l'intérieur de cette approche quelques considérations sont esquissées à propos de l'émigration, du retour et du développement régional.

EFEITOS PSICOLÓGICOS DA ACTIVIDADE FÍSICA

JOSÉ LUIS PAIS RIBEIRO (*)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Neste artigo apresentamos uma revisão da investigação recente acerca do impacto da actividade física no funcionamento psicológico dos indivíduos normais e nos casos patológicos, numa perspectiva de desenvolvimento humano.

INTRODUÇÃO

O interesse actual pela actividade física e as suas relações com as dimensões psicológicas justifica, em Portugal, um artigo que faça o ponto da situação. Da relação entre a actividade física ou desporto e as dimensões psicológicas podem ser tomadas duas perspectivas: uma, que torna a actividade física variável dependente da intervenção, pretende observar qual o impacto que a intervenção psicológica tem na realização desportiva. Pertence ao universo do que é tradicionalmente chamado Psicologia Desportiva; outra torna a dimensão psicológica variável dependente da prática da actividade física, pretende verificar o impacto da prática desta última sobre o funcionamento psicológico dos indivíduos. Pertence ao domínio de um universo novo denominado Psicologia da Saúde (Health Psychology), com pouca ligação ao que é considerado na linguagem corrente saúde. A abordagem deste artigo vem na segunda perspectiva referida.

Os estudos que demonstram o impacto positivo da actividade física na saúde são já clássicos (Blair, Goodey, Gobbons & Cooper, 1984; Morris, Everitt, Pollard & Chave, 1980; Plaffenbarger, Jr., Hyde, Wing & Steinmetz, 1984). No entanto o impacto no funcionamento psicológico tem sido menos considerado, principalmente em Portugal. A utilização da actividade física como factor de promoção do desenvolvimento psicológico não é, no entanto, uma ideia nova. Para demonstrar este ponto de vista basta citar Fernando Pessoa que ao referir-se a um sistema de ginástica afirmava:

os exercícios tendem, como depois pude observar, para tornar a atenção pronta, rápida, intensa, os movimentos inteligentes e disciplinados, e a generalidade do sistema a fazer do indivíduo um ser desperto, livre, maleável, capaz de agir alegremente e depressa, apto a pensar, naturalmente, pela sua própria cabeça (1933, p. 21).

A razão da pouca importância dada pela psicologia à actividade física como variável independente, não é concerteza alheia à nossa tradição cultural cartesiana que não analizaremos aqui.

Tratando-se de uma das primeiras abordagens feitas ao tema no nosso país, limitar-nos-emos a salientar a importância

crecente do universo da actividade física como variável independente da intervenção psicológica. Muitos dos trabalhos chamam a atenção para aspectos metodológicos importantes a considerar na investigação neste domínio (Doan & Sherman, 1987; Folkins & Sime, 1981; Lee & Owen, 1986; Martins & Dubbert, 1982; Weinstein & Meyers, 1983; Tomporowski & Ellis, 1986). Trata-se no entanto de um campo recente ocupando cada vez mais espaço nas revistas de psicologia.

Torna-se importante clarificar o que se entende por exercício físico. Um modelo geralmente adoptado é o proposto pelo American College of Sports Medicine (1978). De qualquer modo o exercício físico tem várias características se considerarmos a intensidade e a duração: pode ser de muita intensidade produzido num espaço de tempo muito breve num regime de trabalho conhecido por anaeróbico, até num outro extremo um exercício de baixa intensidade produzido durante muito tempo, num regime de trabalho chamado aeróbico. Várias outras combinações de duração e intensidade podem ser consideradas. Deve ainda ser tomada em conta a periodicidade da actividade física. A prática de actividade física pode ser realizada sob inúmeras formas que vão desde os desportos tradicionais, ao jogging, passando pela dança ou ginástica de manutenção. Na presente revisão não diferenciaremos as actividades físicas embora se aceite que diferentes actividades produzirão diferentes resultados, dependendo estes ainda dos indivíduos.

Referiremos de seguida investigações publicadas na presente década, provenientes, principalmente, de periódicos disponíveis na Universidade do Porto. Começaremos por fazer referência às revisões de investigação para de seguida referir estudos isolados.

O resumo da investigação será apresentado em dois grandes grupos:

- Os que estudam os concomitantes psicológicos da prática regular da actividade física e os seus efeitos potenciais na prevenção da doença;

- os que estudam os efeitos da actividade física no tratamento de problemas psicológicos, desde a depressão ou ansiedade à esquizofrenia, até a problemas como a insónia ou obesidade.

EFEITOS PSICOLÓGICOS DA PRÁTICA REGULAR DA ACTIVIDADE FÍSICA

Doan e Scherman (1987) apresentam uma revisão da investigação acerca do impacto que a melhoria da condição física tem em medidas de personalidade. Estas incluíam auto-estima, personalidade em geral tal como é medida através do Cattell 16 PF, auto-conceito, humor depressivo, ansiedade,

atitudes para consigo próprio, locus de controle, e auto-imagem. A revisão agrupou os estudos em investigações pré-experimentais, investigações quasi-experimentais e investigações experimentais. No primeiro tipo de investigação estavam incluídos 24 estudos. 66% indicavam melhorias significativas e 12% melhorias em apenas alguns dos sub-grupos. No segundo tipo de investigação foram revistos 24 estudos. Nestes, 67% indicavam melhoria, melhoria parcial em 8% e sem melhoria em 25%. No terceiro tipo de investigação estavam incluídos 14 estudos. 50% indicavam melhoria, 14% melhoria parcial e sem melhoria substancial em 36%. Os autores da revisão salientavam falhas metodológicas em grande parte das investigações.

Everly, Jr. e Rosenfeld (1981) salientam que a revisão da investigação evidencia os seguintes efeitos psicológicos do exercício físico: redução da ansiedade; diminuição da agressividade/combatividade; aumento da auto-confiança e da auto-estima; alívio da frustração.

Folkins e Sime (1981) apresentam uma revisão da investigação acerca dos efeitos do treino da condição física, em indivíduos normais, sobre a cognição, percepção, comportamento, afecto e personalidade. Concluem haver melhoria do funcionamento cognitivo como consequência da melhoria da condição física em populações idosas com deficiência intelectual e que esses resultados não se verificam com crianças e adultos normais. Verificaram haver melhoria da percepção em três das quatro investigações revistas. Verificaram igualmente haver melhoria do comportamento no trabalho como consequência da melhoria da condição física. No que diz respeito ao afecto (depressão, mau humor, sono, ansiedade, bem estar) encontraram melhoria em 13 dos 14 estudos revistos. Sobre o impacto na personalidade global, avaliada maioritariamente com o Cattell 16PF, encontraram, em 11 estudos, melhoria de 18%, alguma melhoria em 36% e sem alteração nos restantes 45%. Relativamente ao auto-conceito e atitudes para consigo próprio, em 8 estudos revistos, encontraram melhoria em 6 podendo garantir-se com segurança o efeito da actividade física no auto-conceito.

Hamachek (1986) apresenta uma revisão da investigação como o objectivo de defender a importância de desenvolver o self fisiológico para, dessa maneira, promover o desenvolvimento do self psicológico. Refere que a investigação salienta que a prática de exercício aeróbico de intensidade moderada, com carácter regular, ajuda os indivíduos a fortalecer respostas interactivas entre os aspectos fisiológicos e psicológicos com o resultado final de ambos os sistemas saírem fortalecidos e, por isso, o auto-conceito melhorado.

Martin e Dubbert (1982) numa revisão geral acerca da utilização do exercício físico na promoção da saúde em geral, afirmam que relativamente às variáveis psicológicas se verifica diminuição na depressão, na ansiedade e melhoria do auto-conceito.

Tomporowski & Ellis (1986), fizeram uma revisão de 27 estudos com quatro condições de actividade física, a saber: exercício de duração muito breve e grande intensidade, portanto em regime de trabalho anaeróbico; exercício de grande intensidade e pouca duração, também em regime anaeróbico; exercício de intensidade moderada e curta duração em regime aeróbico; exercício de baixa intensidade e longa duração, portanto também em regime de trabalho aeróbico. Os resulta-

dos encontrados foram contraditórios. estudaram o impacto da actividade física sobre a cognição (do tipo, adição, percepção de figuras geométricas, memória a curto termo, tarefas de discriminação, etc.) Em 14 estudos encontraram que o exercício facilitava a capacidade cognitiva, em quatro prejudicava e nos restantes não produzia efeito. Os autores da revisão propõem duas possíveis explicações para estas discrepâncias. A primeira assume que o exercício altera de facto o funcionamento cognitivo e os resultados díspares dos estudos são devidos a dois estados, aparentemente opostos, provocados pelo exercício: excitação do sistema nervoso central e fadiga física do sistema esquelético-motor. A segunda explicação assume que o exercício *per se* não altera o funcionamento cognitivo, mas que as variáveis motivacionais ligadas às expectativas acerca dos efeitos do exercício afectam a realização nos testes.

Weinstein e Meyers (1983) apresentam uma revisão da investigação acerca do impacto da corrida sobre variáveis psicológicas, nomeadamente sobre a depressão. Concluem haver alguma evidência para afirmar que a corrida pode afectar positivamente a ansiedade, o auto-conceito e variáveis de personalidade. Relativamente ao efeito da corrida na depressão, concluem haver evidência clara que a prática das actividades físicas conduz a uma sensação de bem estar, mas salientam que as metodologias utilizadas na investigação, a falta de sofisticação conceptual e metodológica, não permite afirmar uma evidência clara sobre os efeitos da corrida na modificação da depressão.

Blackman, Hunter, Hilyer e Harrison (1988) implementaram, numa escola, um programa de dança extracurricular, com o objectivo de verificar o seu impacto em variáveis fisiológicas e psicológicas. A investigação incluía grupo experimental e de controlo, cada um com 8 sujeitos do sexo feminino com idade média de X=14 anos. No final da experiência verificou-se uma melhoria positiva e significativa nos parâmetros fisiológicos. Nos parâmetros psicológicos o grupo experimental aumentou significativamente o self-físico e o self-social, sub-escalas do Tennessee self-concept scale.

Blomquist e Danner (1987), implementaram uma investigação com o objectivo de verificar o efeito do aumento da capacidade física na eficiência do processamento de informação. Participaram 66 indivíduos entre os 18 e 48 anos durante cerca de 12 semanas. Os autores concluem que encontraram algum suporte para a ideia de que o aumento da capacidade cardiovascular está associado a um aumento da eficiência no processamento de informação e que as mudanças fisiológicas e psicológicas podem produzir melhorias na eficiência cognitiva.

Kane (1988) realizou um estudo onde, entre outras coisas pretendia avaliar a relação entre a participação desportiva de estudantes do sexo feminino e o estatuto social concomitante a essa prática. A amostra consistia em 111 sujeitos. Confirmou que as mulheres que praticavam um desporto apropriado ao seu sexo possuíam um estatuto social mais elevado.

McLeod (1987) conduziu uma investigação sobre 240 indivíduos (120 homens e 120 mulheres) atletas, e 120 indivíduos (60 homens e 60 mulheres) não atletas, com idades entre os 13 e os 22 anos, com o objectivo de verificar as diferenças quanto à dependência de campo entre os diversos subgrupos passíveis de ser constituídos (sexo e prática despor-

(*) Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

A correspondência para este artigo deverá ser enviada para: José Luis Pais Ribeiro, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Rua das Taipas, 76, 4000 PORTO.

tiva). Verificaram que havia diferenças significativas entre os rapazes e as raparigas, sendo os primeiros mais independentes de campo. Verificaram igualmente que as raparigas atletas eram significativamente mais independentes de campo do que os rapazes não atletas, evidenciando-se assim efeito possível da prática desportiva no desenvolvimento da independência de campo.

Montgomery, Trinder, Fraser e Paxton (1987) avaliaram o efeito do exercício físico e da capacidade física aeróbica nas ondas de sono lento e na duração do sono em indivíduos jovens (N=20, X=22 anos) e de meia idade (N=21, X=41 anos), divididos em treinados e não treinados. Os resultados do estudo mostraram que o exercício não tem efeito nas ondas de sono lento nem na duração do sono, enquanto a capacidade aeróbica está associada a ondas de sono lento mais longas, a maior rapidez no início do sono e, provavelmente, a maior duração do sono.

Plummer e Koh (1987) implementaram um programa de exercício aeróbico, com 116 mulheres, durante 10 semanas utilizando outras 177 mulheres como grupo de controle, com o objectivo de verificar o impacto no auto-conceito. Os autores concluem que a participação na actividade aeróbica aumentou o auto-conceito de forma significativamente maior do que o grupo de controle.

Rape (1987) realizou um estudo com o objectivo de verificar a relação entre a prática da corrida e a depressão. Investigou em que medida um grupo de 21 indivíduos que corriam mais de 22 Kilómetros por semana, com idades entre os 18 e 25 anos, eram menos deprimidos que um grupo equivalente de indivíduos não exercitados. Verificaram que os corredores eram significativamente menos deprimidos do que os do grupo de não corredores.

Schumaker, Small e Wood (1986) compararam 45 atletas do final dos últimos anos do liceu (23 rapazes e 22 raparigas), com 40 não atletas (20 rapazes e 20 raparigas), no que diz respeito a auto-conceito e realização académica. Os atletas tinham valores significativamente mais elevados do que os não atletas em seis das oito áreas do auto-conceito. Em relação à realização académica não se encontraram diferenças significativas.

Skrinar, Bullen, Cheek, McArthur e Vaughan (1986), realizaram um estudo com 13 mulheres voluntárias com idades entre os 20 e 30 anos, que se empenharam num programa de corrida intensiva progressiva, mais exercício moderado adicional de três horas e meia por dia, com a duração de seis a oito semanas, realizado com o objectivo de verificar o efeito do treino do endurance na consciência do corpo. A capacidade aeróbica aumentou significativamente, enquanto o peso e a gordura corporal decresceram. Ao mesmo tempo a percepção da consciência interna do corpo e da competência corporal aumentaram significativamente.

Suominen-Troyer, Davis, Ismais e Salvendy (1986) reportam que o impacto de um programa de desenvolvimento da capacidade física aplicado durante oito meses sobre 30 mulheres, com idades entre os 27 e os 66 anos. Verificou-se o aumento da capacidade física e, em simultâneo, das capacidades de processamento de informação e de tomada de decisão.

Tucker (1983), realizou um estudo em que pretendia determinar a relação entre a força muscular relativa e características psicológicas tais como extraversion, cathexis

corporal, auto-conceito e neuroticismo. A população estudada era constituída por 142 indivíduos do sexo masculino com uma idade média de X=21,76 anos seleccionados aleatoriamente. verificou que quanto mais extravertidos e estáveis e quanto mais elevado o auto-conceito e a cathexis corporal, mais força evidenciavam. Os autores concluem que à luz dos dados encontrados deve ser concedida credulidade adicional aos laços entre capacidade física e saúde psicológica.

Valliant e Asu (1985), reportam um estudo realizado com 114 indivíduos entre os 50 e 80 anos, envolvidos num programa de actividade física de 12 semanas. Encontraram mudanças significativas e positivas ao nível da depressão, assertividade, com efeitos benéficos na manutenção da saúde física, mental e gratificação social.

Wilfley e Kuncz (1986) realizaram uma experiência em que 83 adultos normais foram submetidos a um programa de exercício individual durante oito semanas. No final da experiência tinha havido ganhos significativos em características psicológicas tais como persistência, auto-conceito físico e redução da tensão psicológica.

EFEITOS DA ACTIVIDADE FÍSICA NO TRATAMENTO DE PROBLEMAS PSICOLÓGICOS

Dishman (1985), numa revisão sobre os efeitos do exercício na promoção da saúde numa perspectiva psicológica, conclui haver evidência de que o exercício reduz os estados de ansiedade quando o próprio exercício ou o cenário, distraem a atenção dos pensamentos que a provocam, compete com a percepção dos sistemas de ansiedade, ou ajuda a redefinir o significado subjectivo da excitação. Estes efeitos podem não ser dignos de confiança quando a ansiedade é sintoma de desordem afectiva primária ou quando é consequência de doença. Conclui também que o exercício prolongado de intensidades moderada a intensa pode ser associado à redução de sintomas de depressão não psicótica avaliados quer psicometricamente quer em diagnóstico clínico. O alívio dos sintomas surge paralelamente ao aumento da capacidade física, mas também tem sido encontrado com ausência de mudança dessa capacidade.

Folkens e Sime (1981) reviram investigações acerca do impacto do treino da condição física sobre vários síndromes clínicos tais como comportamento psicótico, esquizofrenia, depressão, alcoolismo e atraso mental. Em 18 estudos, encontraram melhoria dos estados em 14, alguma melhoria num e nenhuma mudança em três.

Bass (1985) utilizou um programa de 45 minutos de corrida com o fim de melhorar a atenção e o controlo dos impulsos em crianças com dificuldades de aprendizagem. O programa teve a duração de quatro semanas alternando dias de corrida com dias de não corrida. Semanalmente, em dois dias de corrida e noutros dias de não corrida, as crianças eram observadas durante duas horas e o seu comportamento registado numa lista de verificação com 10 itens. O programa abrangia seis alunos de extracto sócio-económico baixo com idades entre os 8 e os 11 anos. Cinco dos seis alunos mostraram melhor concentração da atenção nos dias de corrida do que nos dias de não corrida. Três dos seis indivíduos mostravam maior controlo dos impulsos nos dias de corrida. Em geral o mau comportamento na sala de aula diminuía nos dias de corrida.

Bruning e Frew (1987) apresentam uma investigação

consistindo em três tipos de intervenção com o objectivo de reduzir o stress, avaliando os resultados de cada um dos tipos de intervenção por si ou em combinação uns com os outros. Participaram 86 indivíduos voluntários dos quais terminaram a experiência 65. Esta durou seis meses. Os sujeitos foram distribuídos aleatoriamente por quatro grupos. Um grupo era submetido ao treino de habilidades para confronto com o stress, outro era treinado em meditação. O último grupo praticava um programa de actividade física segundo a proposta de Cooper (1972), consistindo em regime de trabalho aeróbico, três vezes por semana, durante 30 minutos. Outro grupo funcionava como grupo de controlo. Foram avaliadas quatro medidas fisiológicas associadas ao stress, a saber: frequência do pulso, pressão sanguínea sistólica e diastólica, e resposta galvânica da pele. O estudo conclui que todas as estratégias utilizadas para a redução do stress provocavam melhorias em dois dos indicadores fisiológicos. Os autores concluem pela importância de intervir na redução do stress recorrendo a qualquer dos métodos referidos incluindo a actividade física.

Doyle, Chambless e Beutler (1983) apresentam um estudo sobre os efeitos de um programa de exercício aeróbico cuidadosamente controlado sobre uma população clínica com depressão não psicótica. Os participantes eram escolhidos para o estudo se diagnosticados por dois juizes como tendo uma desordem depressiva maior de acordo com o *Research Diagnostic Criteria*. Participavam cinco mulheres entre os 19 e 24 anos. O tratamento consistia numa actividade aeróbica realizada numa bicicleta ergométrica quatro vezes por semana, durante seis semanas. Os programas progrediam de forma individualizada de modo a se ajustarem à evolução de cada sujeito. Os resultados demonstraram evidente diminuição da depressão e mantiveram-se nos três meses seguintes ao término da experiência.

Doyle, Ossip-Klein, Bowman, Osborn, McDougal-Wilson e Neimeyer (1987) apresentam um estudo que pretende verificar o impacto do exercício físico no tratamento de uma população deprimida comparando dois tipos diferentes de actividade física. Corrida versus treino com resistências. Participaram 40 mulheres de idades entre os 18 e os 35 anos, diagnosticadas como possuindo uma desordem depressiva. Foram distribuídas por três grupos: grupo de corrida, grupo de ginástica com resistências, grupo de controlo. A actividade tinha uma periodicidade de quatro sessões semanais durante oito semanas. Verificaram que houve uma diminuição estatística clinicamente significativa, da depressão nos dois grupos de exercício. Em estudos de seguimento após um ano verificaram haver manutenção de melhoria.

Franklin (1986) numa investigação em que pretende verificar o efeito do treino de relaxamento isométrico e de relaxamento sobre o controlo da ansiedade em quatro sujeitos hospitalizados, verificou que ambos os métodos foram eficientes na redução da ansiedade com o primeiro sugerindo maior eficiência na avaliação de seguimento, embora devido à limitação do número de sujeitos não haja evidências estatísticas.

Hilyer, Wilson, Dillon, Caro, Jenkins, Spencer, Meadows & Booker (1982) realizaram um estudo experimental com 30 jovens seleccionados aleatoriamente entre uma população delinvente. O programa consistia numa combinação de aumento da capacidade física e de consulta psicológica, e teve a duração de 20 semanas. Aquela combinação foi aparente-

mente eficiente na promoção do crescimento psicológico.

McCann e Holmes (1984) investigaram o impacto do exercício aeróbico sobre mulheres deprimidas. 47 mulheres deprimidas foram distribuídas aleatoriamente por três grupos: um grupo de exercício aeróbico (N=16) que deveria somar 30 pontos semanais segundo o programa de Cooper (1972); um grupo de intervenção placebo (N=15) e; um grupo sem intervenção. O grupo de exercício aeróbico mostrou melhorias significativas em comparação com os restantes grupos. Os autores concluem haver evidência clara de que a participação num programa de exercício aeróbico extenuante é eficaz na redução da depressão.

Rape (1987) realizou um estudo em que procurava a correlação entre a capacidade cardiovascular e depressão. Foram comparados 17 sujeitos (11 mulheres e 6 homens) com os valores mais baixos no *Beck Depression Inventory* com 17 sujeitos (15 mulheres e 2 homens) com os valores mais elevados no BDI, valor esse, considerado como depressão severa. O autor encontrou correlação significativa e negativa entre a capacidade cardiovascular e os valores da depressão.

CONCLUSÃO

A investigação parece confirmar com alguma certeza a importância do impacto das actividades físicas em variáveis psicológicas. Ao mesmo tempo, a popularidade que a cultura corporalista adquiriu nos nossos dias, torna fácil recorrer à actividade física como meio de intervenção. Com efeito este modo de intervir é menos dispensioso, mais natural mais prático e consome menos tempo do que a psicoterapia (Wilfley & Kuncz, 1986). Torna-se por isso necessário que todas as profissões de saúde, nomeadamente a psicologia, revejam a sua posição perante este novo universo e definam estratégias de intervenção na área. Não é mais possível fingir que não se repara no interesse e na expansão do fenómeno.

Hoje em dia todo o mundo parece estar infectado pelo bichinho do fitness (Newsweek, september, 10, 1984, p. 34).

Um dos problemas que dificulta, por parte dos psicólogos, o recurso à actividade física, deriva do desconhecimento de qual a actividade adequada e de como integrar no papel do psicólogo tal tipo de actividade.

REFERÊNCIAS

- American College of Sports Medicine (1978). Position statement on the recommended quantity and quality of exercise for developing and maintaining fitness in health adults. *Medicine and Science Sports*, 10, 7-10.
- Bass, C.K. (1985). Running can modify classroom behavior. *Journal of Learning Disabilities*, 18, (3), 160-161.
- Blackman, L., Hunter, G., Hilyer, J. & Harrison, P. (1988). The effects of dance team participation on female adolescents physical fitness and self-concept. *Adolescence*, 23 (90), 437-448.
- Blair, S.N., Goodyear, N.N., Gobbons, L.W. & Cooper, K.H. (1984). Physical fitness and incidence of hypertension in healthy normotensive men and women. *The Journal of The American Medical Association*, 252, (4), 487-490.
- Blomquist, K.B. & Danner, F. (1987). Effects of physical conditioning on information-processing efficiency. *Perceptual and Motor Skills*, 65, 175-186.

- Bruning, N.S. & Frew, D.R. (1987). Effects of exercise, relaxation, and management skills training on physiological stress indicators: A field experiment. *Journal of Applied Psychology*, 72 (4), 515-521.
- Cooper, K. (1972). *Aptidão física em qualquer idade*. São Paulo: Forum Editora.
- Dishman, R.K. (1985). Medical psychology in exercise and sport. *The Medical Clinics of North America*, 69 (1), 123-143.
- Doan, R.E. & Scherman, A. (1987). The therapeutic effects of physical fitness on measures of personality: A literature review. *Journal of Counseling and Development*, 66, 28-36.
- Doyle, E.J., Chambless, D.L. & Beutler, L.E. (1983). Aerobic exercise as a treatment for depression in women. *Behavior Therapy*, 14, 434-440.
- Doyle, J.E., Ossip-Klein, D.J., Bowman, E.D., Osborn, K.M., McDougall-Wilson, I.B. & Neymeyer, R.A. (1987). Running Versus weight lifting in the treatment of depression. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55 (5), 748-754.
- Everly, Jr., G.S. & Rosenfeld, R. (1981). *The nature and treatment of the stress response. A practical guide for clinician*. New York: Plenum Press.
- Folkens, C.H. & Sime, W.E. (1981). Physical fitness training and mental health. *American Psychologist*, 34 (4), 373-389.
- Franklin, J. (1986). Isometric relaxation. *Australian Psychologist*, 21 (3), 413-425.
- Hamacheck, D.E. (1986). Enhancing the self's psychology by improving fitness physiology. *Journal of Human Behavior and Learning*, 3 (3), 2-12.
- Hilyer, J., Wilson, D., Dillon, C., Caro, L., Jenkins, C., Spencer, W., Meadows, M. & Booker, W. (1982). Physical fitness training and counseling as treatment for youthful offenders. *Journal of Counseling Psychology*, 29, 292-303.
- Kane, M. (1988). The female athletic role as a status determinant within the social systems of high school adolescents. *Adolescence*, 23, (90), 253-264.
- Lee, C. & Owen, N. (1986). Exercise persistence: Contributions of psychology to the promotion of regular physical activity. *Australian Psychologist*, 21 (3), 427-466.
- Martin, J.E. & Dubbert, P.M. (1982). Exercise applications and promotion in behavioral medicine: Current status and future directions. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 50 (6), 1004-1017.
- McCann, L.I. & Holmes, D.S. (1984). Influence of aerobic exercise on depression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46 (5), 1142-1147.
- McLeod, B. (1987). Sex, structured sport activity, and measurement of field dependence. *Perceptual and Motor Skills*, 64, 452-454.
- Montgomery, I., Trinder, J., Fraser, G. & Paxton, S.J. (1987). Aerobic fitness and exercise: Effect on the sleep of younger and older adults. *Australian Journal of Psychology*, 39, (3), 259-271.
- Morris, J.N., Everitt, M.G., Pollard, R. & Chave, S.P.W. (1980). Vigorous exercise in leisure-time: Protection against coronary heart disease. *Lancet*, 11, 1207-1210.
- Newsweek (September, 1984). A Worldwide exercise craze. *Newsweek*, 11. Sept. 10. New York: Newsweek.
- Pessoa, F. (1933). *Exórdio em prol da filantropia e da educação física*. Porto: Editorial Cultura.
- Paffenbarger, R.S., Hyde, R.T., Wing, A.L. & Steinmetz, C.H. (1984). A natural history of athleticism and cardiovascular health. *The Journal of the American Medical Association*, 252 (4), 491-495.
- Plummer, O.K. & Koh, Y.O. (1987). Effect of "aerobics" on self-concept of college women. *Perceptual and Motor Skills*, 65, 271-275.
- Rape, R.N. (1987). Running and depression. *Perceptual and Motor Skills*, 64, 1303-1310.
- Schumaker, J.F., Small, L. & Wood, J. (1986). Self-concept, academic achievement, and athletic participation. *Perceptual and Motor Skills*, 62, 387-390.
- Skrinar, G.S., Bullen, B.A., Cheek, J.M., McArthur, J.W. & Vaughan, L.K. (1986). Effects of endurance training on body-consciousness in women. *Perceptual and Motor Skills*, 62, 483-490.
- Suominen-Troyer, S., Davis, K.J., Ismail, A.H. & Salvendy, G. (1986). Impact of physical fitness on strategy development in decision-making tasks. *Perceptual and Motor Skills*, 62, 71-77.
- Tomporowski, P.D. & Ellis, N.R. (1986). Effects of exercise on cognitive processes: A review. *Psychological Bulletin*, 99 (3), 338-346.
- Tucker, L.A. (1983). Muscular strength and mental health. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45 (6), 1355-1360.
- Valliant, P.M. & Asu, M.E. (1985). Exercise and its effects on cognition and physiology in older adults. *Perceptual and Motor Skills*, 61, 1031-1038.
- Weinstein, W. & Meyers, A.W. (1983). Running as treatment for depression. *Journal of Sport Psychology*, 5 (3), 288-301.
- Wilfley, D. & Kuncze, J. (1986). Differential physical and psychological effects of exercise. *Journal of Counseling Psychology*, 33 (3), 337-342.

ABSTRACT

PSYCHOLOGICAL EFFECTS OF PHYSICAL ACTIVITY

In this article we have revised the recent research about the impact of physical activity on the psychological functioning of normal and pathological individuals, on the perspective of human development.

RÉSUMÉ

EFFECTS PSYCHOLOGIQUES DE L'ACTIVITÉ PHYSIQUE

Adoptant une perspective de développement humain, on présente la révision de la recherche récente à propos de l'influence de l'activité physique sur le fonctionnement psychologique des individus normaux aussi bien que dans les cas pathologiques.

OPINIÃO

Por DINA HENRIQUES(*)

O Refúgio Aboim Ascensão é uma instituição Particular de Solidariedade Social, em Faro, que alberga, em regime de internato, crianças de ambos os sexos, normais e deficientes, num leque etário bastante amplo, tendo em conta que acolhe crianças recém-nascidas até jovens adolescentes, cujo denominador comum é a carência de um Meio Familiar Normal.

O conceito de carência de Meio Familiar Normal provém e usamo-lo a partir da terminologia adoptada pelas entidades oficiais competentes na matéria (Tribunais e Centros Regionais de Segurança Social), sendo suficientemente amplo para englobar um sem número de situações que vão desde os maus tratos físicos à negligência e abandono emocional. Se por um lado a família é destituída dos seus poderes por tomar atitudes agressivas e hostis face ao menor, não o é menos ao descuidar das suas obrigações parentais.

A legislação actual é muito clara no que respeita às obrigações dos Pais, no tocante à educação e manutenção dos vínculos afectivos com os seus Filhos, contrariando, assim, a visão "materialista" que, em regra, se constata possuírem, caracterizada por um sentimento de posse, de pertença, imutável no espaço e no tempo. É exigido, contudo aos Pais que a sua acção educativa seja caracterizada por uma atitude activa, na promoção do desenvolvimento físico, intelectual e moral dos seus Filhos (Artigo 1885º do Código Civil), não sendo tolerada, juridicamente, quer a passividade, no sentido da negligência, quer uma atitude activa que ponha em causa o bem estar da criança (atitude activa mal dirigida). No entanto, é de registar a dificuldade sentida, por parte dos Tribunais, em julgar tais situações, como seja a "ausência" de atitude ou a atitude mal dirigida, dada a sua complexidade e a necessidade de a mesma ser analisada dum ponto de vista pluridisciplinar. Esta dificuldade vai

A CRIANÇA CARECIDA DE MEIO FAMILIAR NORMAL

manifestar-se negativamente aquando da necessidade de tomadas de decisão, por parte desses Tribunais, face às diferentes situações dos menores, conforme se poderá constatar posteriormente.

Assim, poderemos dizer que sempre que esteja posta em perigo (físico, psico-emocional ou moral) a integridade do menor, este carece de uma Família Normal.

Fica, então, a dúvida, quantas vezes dramática, de encontrar uma solução alternativa a esse meio familiar. Teoricamente, poderíamos afirmar que a melhor situação para a criança (embora sempre traumática, a diferentes níveis e graus) seria transitar da sua família de origem para uma outra, dita normal, onde a representação parental estivesse presente e onde o esquema funcional fosse semelhante, embora com um grau qualitativo superior.

Na verdade, contrariamente ao que seria desejável, os internatos apresentam-se, ainda hoje, em Portugal, como a alternativa predominante às famílias de origem. Se é certo que não oferecem as condições ideais de uma família, constituem-se, por outro lado, como a única resposta rápida e por isso a mais eficaz, na grande maioria dos casos.

Após contacto com diferentes entidades oficiais responsáveis pela situação da criança carecida de meio familiar normal (Tribunais e Centros Regionais de Segurança Social), embora sejam escassos os estudos estatísticos efectuados nesta área, parece ser possível concluir que nas diversas áreas geográficas do nosso país, não se verificam grandes diferenças a nível de quantidade e grau de complexidade dos casos, mas sim na eficácia e qualidade do tipo de respostas alternativas dadas.

Academicamente, no debate da temática, têm-se alvitado explicações quanto às causas destas situações, recaiando-se, sobretudo, na dimensão socio-económica dos agregados familiares (que por serem baixos são desencadeadores das situações de risco para a criança).

Da nossa experiência de 3 anos de funcionamento desta Instituição-Lar, parece-nos que os factores que estão na

base desta problemática são bem mais diversificados e complexos.

Como ilustração, apresentam-se as diferentes situações socio-familiares que levaram ao pedido de internamento das crianças, por parte dos organismos competentes e respectivas situações actuais. Estes dados têm por base a nossa experiência de 3 anos (Out. 85/Out. 88) junto de uma população de 100 crianças que foram apoiadas na nossa instituição.

Numa tentativa de operacionalização dos conceitos referidos na caracterização das diferentes situações socio-familiares de origem e numa breve análise dos dados referidos no quadro acima apresentado, diríamos que:

Abandono físico

É das situações mais gritantes de necessidade de intervenção de um lar com acolhimento em emergência, dado que nela se incluem os abandonos de crianças na rua, nos restaurantes, nas portas das residências, etc. ou seja, todos os casos em que não existe qualquer informação sobre a criança (nome, idade, identidade dos Pais, etc.) e em que houve um abandono intencional. Em regra, estes casos são denunciados pelos cidadãos às Autoridades Policiais ou aos Serviços Sociais de Instituições Públicas, que os encaminham para as Instituições vocacionadas para tal.

A clarificação destes casos, sobretudo do ponto de vista jurídico (tentativa de identificação dos progenitores, tentativa de localização dos mesmos, etc.) é muito morosa, não sendo, como tal, possível encontrar uma situação familiar alternativa para a criança, levando a que tenha de permanecer na Instituição durante 1 ano, período após o qual o Director da mesma poderá solicitar aos Tribunais competentes a Declaração de Estado de Abandono (situação jurídica na qual os Pais biológicos perdem todos os direitos sobre o Menor), com vista ao encaminhamento para a Adopção, que se apresenta como a resposta privilegiada para este tipo de situações.

Dos elementos apresentados no

(*) Psicóloga (FPCE-UL) e Sub-Directora do Refúgio Aboim Ascensão - Faro

TIPO DE SITUAÇÃO SOCIO-FAMILIAR DE ORIGEM		SITUAÇÃO ACTUAL				
		COLOCAÇÃO FAMILIAR	TRANSFERÊNCIA INSTITUCIONAL	DEVOLUÇÃO FAMILIAR	ADOPÇÃO	PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO
Abandono físico	7	1				6
Abandono emocional	28	2			5	21
Situação sócio-económica debilitada	16			9		7
Internamento temporário	20			12		8
Maustratos	5					5
Orfandade	10	1		1 (avós)	1	7
Quadro psicopatológico dos progenitores	14	1	1	2		10
	100	5	1	24	6	64

quadro, referentes a este tipo de situação socio-familiar de origem, podemos afirmar que todos os casos enunciados se encontram a aguardar uma decisão jurídica, face à sua condição de abandono, a fim de que se possa encontrar uma família alternativa à sua de origem.

Abandono Emocional

Trata-se de uma situação caracterizada pela inexistência dos vínculos afectivos que dominam as relações Pais/Filhos e em que o abandono, não sendo intencional como no caso anterior, acaba por dar origem ao mesmo tipo de situação.

Em regra, o abandono nunca é uma condição *a priori*, sendo o internamento das crianças pedido pelos Pais (geralmente apenas 1 deles), tendo como fundamento dificuldades de ordem socio-económica. Após o internamento, os Pais acabam por revelar uma atitude de indiferença, de ausência (atitude passiva) que, conseqüentemente, leva à quebra dos vínculos emocionais existentes (se é que alguma vez existiram!) situação de Abandono Emocional *a posteriori*, quase irreversivelmente.

Em termos jurídicos a criança encontra-se numa situação idêntica à descrita na alínea anterior.

Estas situações são extremamente complexas, em virtude de não estar contemplado na nossa legislação qualquer outro indicador do Abandono Emocional que não o da ausência dos

Pais, pelo menos durante 1 ano.

Da leitura do quadro de dados apresentado, podemos observar, no tocante a esta situação, que não é a que deu origem ao maior número de pedidos de internamento mas também aquela que caracteriza a maioria dos casos actuais, os quais aguardam decisão jurídica (sentida pelos Tribunais como extremamente difícil, dada a complexidade do julgamento de atitudes emocionais, como seja esta do abandono afectivo, levando, como tal, à morosidade nas tomadas de decisão respectivas).

Situação socio-económica debilitada

Neste parâmetro podemos englobar todas as situações reais de dificuldades de ordem socio-económica que originaram a desintegração do núcleo familiar, se bem que temporário, como sejam: desemprego, falta de habitação, doença, detenção prisional, etc.

Nestes casos as relações Pais/Filhos não são prejudicadas significativamente, uma vez que o contacto e a proximidade entre ambos é algo desejado e concretizado por parte dos Pais. Poderemos dizer que nestes casos a criança tende a não se desvincular da sua família e, em regra, é uma criança mais estável e equilibrada, onde a figura Materna/Paterna está sempre presente.

Por vezes, com apoios específicos dos organismos oficiais competentes, tais situações podem ser alvo de

um processo de reabilitação, suficientemente estruturado para poder provir à reintegração dos elementos familiares que compõem o núcleo de origem.

Assim, as crianças que são internadas, apresentando esta situação de base, tendem a ser reinseridas na sua família de origem, após um certo período de tempo, conforme pode ser observado no quadro não sendo, como tal, procuradas soluções alternativas a esta.

Internamento temporário

É uma situação análoga à anteriormente descrita, diferindo no factor temporal dos internamentos que, em regra, são definidos aquando da elaboração do pedido, e isto porque se tratam de situações de impossibilidade temporária em manter o núcleo familiar operante, sendo previsível o *timing* da sua reorganização.

Em regra podemos encontrar 2 tipos de situações: 1) Sendo a figura parental única, a criança precisa de ser entregue ao cuidado de terceiros, sempre que se verifiquem situações como sejam - intervenção cirúrgica, internamento hospitalar em situação de parturiente, doença súbita, etc., ou seja, sempre que o elemento parental, a quem a criança está a cargo, se vê, temporariamente impossibilitado de exercer as suas funções e 2) quando se tratam de crianças deficientes que necessitam de beneficiar dos meios de diagnóstico e de reabilitação existentes na Instituição, regres-

sando ao seu núcleo familiar de origem, após um breve período de internamento.

Em ambas as situações, a criança apenas se encontra carecida de Meio Familiar Normal temporariamente.

Maustratos

Nesta alínea incluem-se todas as situações em que as crianças foram vítimas de agressões (espancamentos, violação, subnutrição, etc.), sendo em regra, crianças portadoras de elevado nível de instabilidade socio-emocional, exigindo cuidados específicos, quer de ordem física quer de ordem psicológica.

Todas as crianças internadas na Instituição, que deram entradas nestas circunstâncias, aguardam decisão Jurídica por parte do Tribunal de Instrução Criminal, sem a qual não é possível ponderar uma alternativa de vida futura para a criança.

Orfandade

Este termo é utilizado em situações de morte de ambos os progenitores ou, mais frequentemente, quando um deles falece, estando o Menor a seu cargo e recusando o outro progenitor tomá-lo à sua guarda.

Se se trata de uma situação de morte de ambos os progenitores, a criança é encaminhada para uma nova família (se tem irmãos, em regra são respeitados os laços familiares e não se dissociam os menores). Se se trata da segunda situação, está-se, juridicamente, perante um caso semelhante ao descrito no Abandono Emocional, tentando, todavia, a Instituição sensibilizar os familiares próximos para a possibilidade de tomarem o menor a seu cargo. Esta alternativa é usualmente tida como a mais eficaz e a mais gratificante para a criança.

Quadro psicopatológico dos progenitores

Neste tipo de situação socio-familiar incluem-se os casos de crianças que, em virtude de os seus progenitores apresentarem perturbações psicológicas de ordem variada, pondo em perigo a integridade física e/ou psicológica da criança, têm de ser retiradas dos seus núcleos familiares de origem, caso não sejam os próprios pais a manifestarem

essa necessidade, junto das entidades oficiais competentes.

A translocação familiar destes menores torna-se, geralmente, muito difícil, dado que, apesar dos Tribunais, face a uma situação psicopatológica dos progenitores, podem mais facilmente tomar medidas visando a inibição do Poder Paternal, não se verificam as tomadas de decisão jurídicas oportunas e atempadas.

Parece-nos coerente afirmar que os Internatos têm que se apresentar como um local de passagem para a criança ca-recida de Meio Familiar Normal, onde, em cooperação com as diferentes entidades responsáveis, sejam definidos *projectos de vida*, tendo em conta o bem estar físico e socio-emocional do Menor.

Dramaticamente, pelos resultados do quadro atrás apresentado, verifica-se que as expectativas quanto ao encurtamento do tempo de internamento das crianças são malogradas, por vicissitudes de ordem variada, sendo necessário, portanto, criar condições de estabilidade espaço-temporal para as referidas crianças que não encontram, a curto prazo, uma família alternativa (ou a de origem reabilitada).

Assim, no Refúgio Aboim Ascensão, instituição dirigida por três psicólogos, a preocupação dominante, aquando da integração de uma criança proveniente de uma situação familiar dita "não normal", é focalizada na criação de condições socio-emocionais semelhantes às de uma família, nomeadamente a garantia de que o processo psicológico de individualização/socialização seja alicerçado no respeito que esta criança específica merece e apoiado na existência de adultos significativos que se apresentam como figuras parentais substitutas (através de um processo de conquista mútua das relações afectivas e nunca por via de relações impostas), minorando, assim, as lacunas que um internato tem, obviamente, que apresentar.

Esta integração é, necessariamente, mais ou menos complexa em função do nível etário da criança, do seu desenvolvimento psico-emocional e da situação traumática anteriormente vivida. Não é, por isso, possível estipular normas ou regras, dado que a individualidade de cada caso obriga a que tenha de ser analisada nos seus diferentes parâ-

metros (Psicológico, Clínico, Social, Educacional e Jurídico); só posteriormente serão definidas linhas de orientação que os diferentes técnicos irão pôr em prática, em colaboração com as Ajudantes de Internato que, no dia a dia, mais directamente se relacionam com as crianças.

O R. A. A. não é, no entanto, por nós entendido como um *fim* em si mesmo. Ele é, antes, o *meio* possível através do qual, não só se actua ao nível de cada criança em risco mas também se estabelecem as pontes e ligações indispensáveis para sensibilizar e responsabilizar, quer as entidades públicas e privadas da comunidade em que se insere, quer o cidadão comum na atitude cívica e humanização que deve prosseguir. É por isso também motor e agente social da nossa evolução enquanto pessoas.

Se por um lado é de extrema importância que as instituições, que acolhem este tipo de crianças, aperfeiçoem e modernizem os seus serviços em prol da qualidade de vida do menor, tentando minimizar os traumas anteriormente vividos e reabilitá-los para o futuro, não menos importante, e se não primordial, é a implementação de medidas visando a prevenção deste tipo de situações.

Sabemos, contudo, que os serviços oficiais competentes apresentam sérias dificuldades em intervir junto das famílias de origem destes menores, tendo em conta que os meios técnicos disponíveis são escassos, e muitas vezes nulos, não sendo a ajuda económica, como muitas vezes é referido, suficiente para reabilitar um agregado familiar degradado.

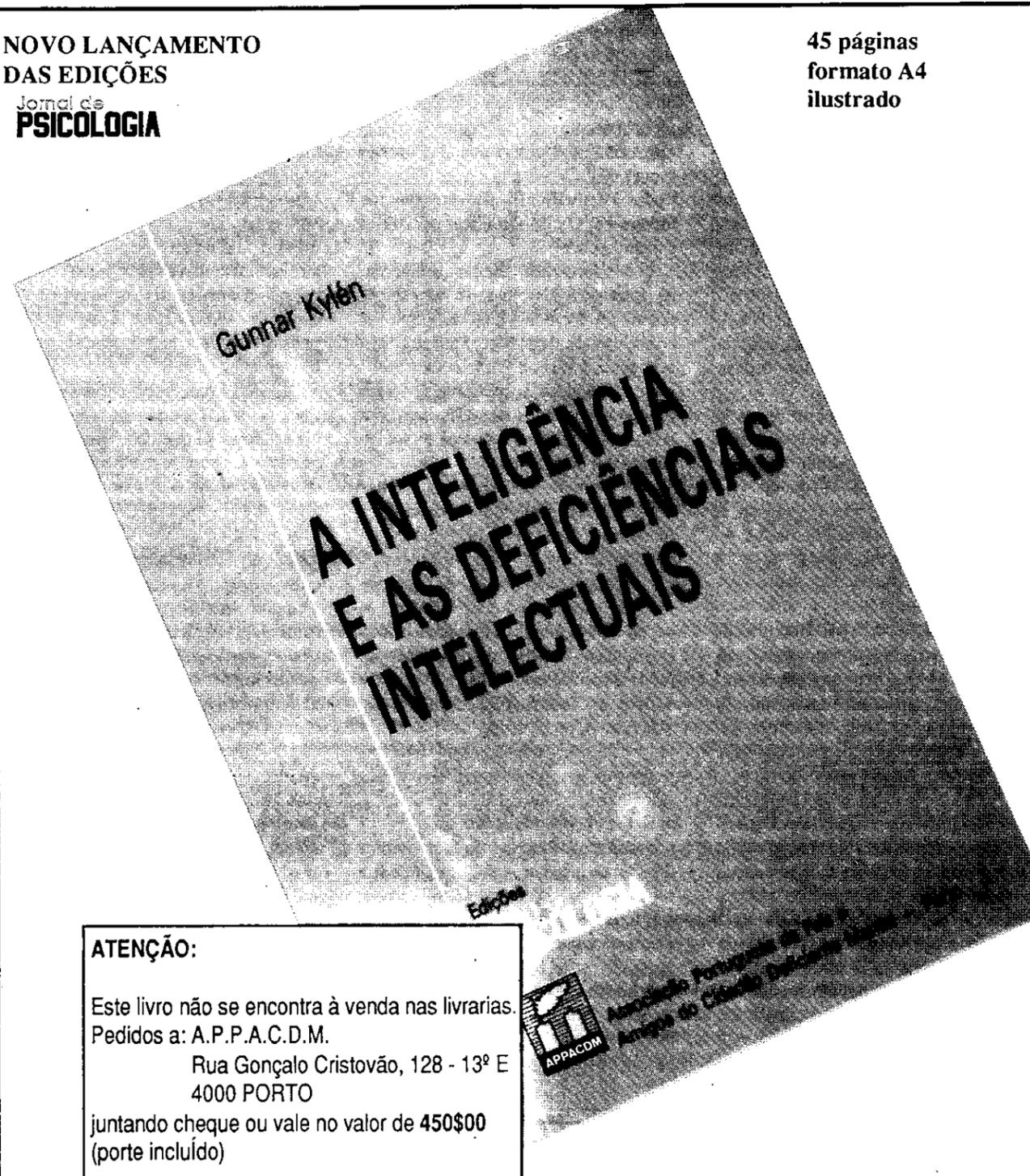
No entanto, não poderemos nunca prosseguir um trabalho de intervenção junto das crianças carecidas de Meio Familiar Normal sem que os organismos oficiais competentes projectem acções preventivas concretas, dimensionadas e adaptadas à nossa população, num entender pluridisciplinar a que o tema, necessariamente obriga.

Mas porque as crianças não são pertença de uma família, nem tão pouco de organismo oficial, mas antes de uma sociedade a que todos pertencemos e onde todos temos deveres e obrigações, também a nós, cidadãos comuns nos compete desempenhar um papel específico: o de apostar e intervir numa sociedade futura que porque mais digna mais humana!

NOVO LANÇAMENTO
DAS EDIÇÕES

Jornal de
PSICOLOGIA

45 páginas
formato A4
ilustrado



ATENÇÃO:

Este livro não se encontra à venda nas livrarias.
Pedidos a: A.P.P.A.C.D.M.
Rua Gonçalo Cristovão, 128 - 13º E
4000 PORTO
juntando cheque ou vale no valor de 450\$00
(porte incluído)

De um autor que além da sólida formação psicológica, recolheu na prática os elementos que organizou de forma clara e simples, mas simultaneamente profunda, este livro apresenta uma descrição da estrutura dinâmica da inteligência, que permite compreender melhor o funcionamento mental do deficiente intelectual.

Este texto dirige-se especialmente a educadores, professores e outros técnicos que trabalham com a criança, jovem e adulto deficiente intelectual, assim como aos pais que desejam e necessitam compreender melhor o seu filho "diferente".

REUNIÕES CIENTÍFICAS

6^{me} FORUM PROFESSIONNEL DES PSYCHOLOGUES "CULTURES ET PERSONNALITE"

De 2 a 4 de Junho de 1988, teve lugar em Paris, o 6^{me} Forum Professionnel des Psychologues, subordinado ao tema *Cultures et Personnalité*.

Paris, cidade multicultural, acolheu no seu "Palais des Congrès", mais de 1000 psicólogos, provenientes de 20 países e de vários domínios da psicologia, nomeadamente, da saúde, da educação, do trabalho, para discutirem e aprofundarem um conjunto de temas ligados à problemática cultural e intercultural.

Através de conferências, grupos de trabalho, ateliers e comunicações livres, foi essencialmente analisada a questão da influência cultural sobre a construção da personalidade e a relação do indivíduo ao cultural, pela utilização de abordagens provenientes das diversas disciplinas psicológicas.

Por meio desta problemática, um dos objectivos era criar e desenvolver espaços intermediários entre as diferentes culturas e, através do enraizamento na sua própria cultura, permitir a expressão dos pontos de vista de cada um no seu envolvimento individual e profissional.

Na relação com o outro, a dimensão cultural é essencial. Se o indivíduo não se reduz à sua cultura, contudo ele apoia-se nesta, ele participa nos valores e crenças do seu grupo.

Logo desde o nascimento, os modos de acolhimento e os cuidados específicos fornecidos pela mãe ao bebé estruturam um espaço cultural.

As culturas em que cada um está inserido influenciam a construção das nossas percepções do mundo, na concepção que fazemos dos outros e de nós mesmos.

O psicólogo terá pois de ter em conta na sua abordagem as solicitações individuais ou colectivas, da especificidade cultural da comunidade onde trabalha.

Ao longo deste encontro, para além da discussão destes aspectos mais gerais, foram igualmente discutidas questões mais específicas, das quais

salientaremos algumas. Quais são as modalidades que permitem às crianças e aos adultos emigrantes de criar uma identidade? Quais as intervenções psicológicas capazes de acompanhar os eventuais conflitos de identidade? Que lugar desempenha a escola na construção de uma personalidade, quando a criança é confrontada face a um sistema escolar em ruptura com a sua língua e cultura de origem? Através de que dinâmica, a criança poderá vir a ultrapassar esses conflitos de língua e de cultura? De que forma a escola poderá servir não apenas como um meio de selecção e de reprodução dos valores de uma sociedade, mas essencialmente desempenhar um papel na construção de estruturas ou de estratégias cognitivas? Qual o papel que a cultura tem desempenhado na modificação da imagem do indivíduo deficiente e na evolução do próprio conceito de deficiência? Constituirão as diferenças culturais no casal, meio de enriquecimento ou de fonte de conflito? Na evolução do mundo para sociedades pluri-étnicas, que contribuição poderá o psicólogo fornecer para ajudar uma sociedade a aprender e a viver as diferenças interculturais?

Das cerca de 100 intervenções realizadas destacámos a intervenção do Prof. M. Godelier que apresentou alguns dos resultados das investigações que vem realizando há vários anos sobre os fundamentos e a lógica das relações de parentesco, assim como o lugar que aí ocupa a proibição do incesto. Na sua conferência, Godelier fez uma revisão do conceito modal de emergência da sociedade e da cultura no ser humano, nomeadamente, da proibição do incesto, fazendo convergir as contribuições da biologia, da antropologia, da sociologia e da psicanálise. Segundo ele, a possibilidade única no ser humano de manter relações sexuais permanentes e a existência de sistemas parentais criaram as condições de produção e de conservação da sociedade. As consequências de um sistema de parentesco organizado, complexo e diferenciado segundo as culturas, são ilustradas pela entrada de certos indivíduos em formas de patologia individual ou familiar em ligação profunda

com as origens míticas e sociais.

Partindo da clínica, o Prof. T. Nathan, mostrou-nos como é possível pôr em prática tratamentos provenientes de conceptualizações etnopsicanalíticas, implicando um dispositivo terapêutico específico e orientações clínicas focalizadas, tendo em conta a lógica cultural do paciente. Na sua conferência, Nathan descreveu a forma como nos últimos anos diversos clínicos têm tentado pôr em acção tratamentos psicoterapêuticos de inspiração psicanalítica com pacientes originários de culturas não ocidentais.

Por seu lado, o Prof. R. Feurstein apresentou as suas teorias da modificação cognitiva estrutural e da experiência de aprendizagem mediada. Ele propõe uma concepção do ser humano, enquanto sistema aberto e modificável tanto sobre o plano cognitivo como sobre o plano da personalidade. A sua abordagem considera importante para todo o indivíduo um treino dos processos de aprendizagem, qualquer que seja a sua idade, as suas dificuldades e o contexto cultural onde provém. Para Feurstein, dada a descontinuidade cultural que afecta actualmente cada indivíduo, a flexibilidade e a autoplaticidade deveriam constituir o objecto da intervenção educativa para a preparação do ano 2000. Ao considerar todo o indivíduo como um sistema caracterizado pela modificação e plasticidade mental, a sua teoria abre novas vias na investigação sobre o desenvolvimento e a evolução dos processos cognitivos em ligação com a estruturação dinâmica da personalidade.

Os debates no grupo *Psicoterapia e Culturas*, moderado por T. Mukuna e onde participaram entre outros, J. Durand, M. Gripoix, J. Odongo, J. de la Robertie, envolveram-se em torno da questão do encontro com o sistema existencial do paciente através da sua cultura. Face a situações problemáticas, o indivíduo reagirá, não somente em função da sua própria personalidade mas também em função da sua socio-cultura.

M. Gripoix, por ex., sublinha que em relação ao álcool, as suas investigações em etnopsiquiatria e a sua

prática clínica quotidiana com alcoólicos, demonstram que os comportamentos do indivíduo alcoólico, representam um *papel* ordenado pela sociedade que comanda igualmente os limites entre os quais o indivíduo alcoólico está autorizado a comportar-se de uma forma *desviante*.

Para Gripoix, antes de empreender qualquer processo psicoterapêutico num indivíduo alcoólico é necessário, em primeiro lugar, verificar o sentido da sua alcoolização, situando-o no seu meio ambiente.

Ter em conta a cultura do indivíduo e respeitá-la na sua diferença, constitui um problema ao qual se encontra confrontada a psicologia económica. Este constituiu um dos pontos analisados no grupo *Relações Internacionais e Psicologia Económica* moderado pelo Prof. Albou, e que contou nomeadamente com a participação de A. Ancelin-Schützenberger, Annick Baran, Leszjo Garai, Martine Malinski e Nelly Molina.

Os agentes de uma interacção económica participam nesta, de acordo com as suas identidades sociais respectivas que são determinadas, em última instância, por um lado, pelas relações económicas de distribuição de recursos e por outro lado, elaboradas pelos actos psíquicos de categorização social.

A psicologia social aplicada aos comportamentos económicos toma uma dimensão preponderante face às exigências actuais dos mercados internacionais e torna-se aí necessário compreender a lógica do outro para comunicar no domínio da produtividade e para um melhor bem estar social em ligação com as incidências económicas.

Assim, os estudos de psicologia económica nacionais e comparativos, poderão ajudar-nos a compreender e a vislumbrar certos problemas que vão nascer de factos económicos, de escolhas psicológicas, de significações de comportamentos económicos diferentes, mesmo opostos, segundo as nossas línguas, culturas, regiões e nacionalidades diferentes.

Migração e elaboração de uma identidade foi o tema do grupo moderado pelo Prof. C. Camilleri, no qual foram discutidos temas, tais como, níveis de elaboração de uma identidade, psicologia e emigração, conflitos de identidade e estratégias de aculturação e variações das produções identitárias nos

jovens magrebins em França.

M. Bekombo, A. Kierer, O. Roulon, P. Tap e G. Vinsonneau, preocuparam-se em demonstrar como o facto de instalar-se num país com normas diferentes da sua cultura de origem, nascer de pais estrangeiros numa colectividade fundada sobre valores que lhe são opostos, implica uma série de questões no que concerne à elaboração de uma identidade.

A teoria da personalidade necessita de um trabalho de reformulação na medida em que os processos de elaboração da identidade sofrem influências sensíveis segundo as possibilidades de integração dos emigrantes.

Segundo P. Tap, nos conflitos e processos de aculturação vividos pelos emigrantes ou exilados, constata-se que o que institui a ameaça de perda de identidade, é a existência de relações de dominação-subordinação. As dificuldades dos indivíduos provêm certamente de desadaptações instrumentais, linguísticas, etc., mas sobretudo dos efeitos de inferiorização e de desvalorização das referências da sociedade de origem.

Para o Prof. C. Camilleri, estudar as modalidades que permitem aos adultos e às crianças emigrantes de elaborar uma identidade assim como as intervenções psicológicas susceptíveis de acompanhar os eventuais conflitos de identidade, constituem questões que se situam no centro das problemáticas da sociedade actual. Face a esta problemática complexa, a abordagem psicológica poderá evitar o recurso a uma leitura ideológica e a soluções pré-concebidas.

No grupo *Cultura, Escola e Construção da Personalidade*, moderado por J. Paul Roux, foi debatido o papel da escola na construção de uma personalidade. Foram igualmente discutidos os problemas resultantes da situação da criança confrontada a um sistema escolar em ruptura com a sua língua e cultura de origem.

Devido à sua função de escolarização e de adaptação a um sistema cultural dado, o contexto escolar torna-se fonte de conflitos. Por vezes, a escola que deveria facilitar o acesso de todo o indivíduo à cultura, revela-se particularmente ineficaz para ultrapassar o obstáculo de aquisição da língua escolar baseada sobre uma cultura tipográfica e muitas vezes pouco

acessível a certas crianças.

Também, a análise dos diversos componentes implicados nos sistemas de língua e de cultura, indica-nos como o conflito que se revela no sistema escolar, vai influenciar o desenvolvimento cognitivo e afectivo da criança.

Este grupo que abordou temas como, cultura, narcisismo e conteúdos do pensamento, factores socio-culturais na população docente escolar, cultura e verticalidade, conflitos de culturas e de línguas na formação da personalidade, impacto da escola no desenvolvimento cognitivo e afectivo, foi animado por B. Gibello, F. Marchand, E. Taracena, M. Cayzac, entre outros.

Cultura e personalidade nas organizações, autoridade e sua legitimidade nas culturas de empresa, acolhimento do novo salariado na empresa, foram alguns dos temas analisados no grupo *Relações humanas e culturas de empresa* moderado por C. Mays.

Depois de algum tempo, a empresa não é vista somente como um conjunto de recursos humanos e de meios materiais tendo em vista a produção de bens e serviços, mas igualmente um local de elaboração ou de bloqueamento da identidade.

Para F. Petit, a sequência de acolhimento do novo assalariado na empresa, aparece como um momento privilegiado de acesso à identidade, assim como um revelador da escolha da composição e do funcionamento do sistema cultural da empresa.

No decurso do acolhimento do novo assalariado desenvolvem-se relações entre o salariado e os diferentes actores da empresa. Ao mesmo tempo formais e informais, estes processos interactivos fazem aceder o novo assalariado a um sistema cultural que, por natureza, ultrapassa em complexidade e em dinamismo a cultura oficial e consensual da empresa. O processo pelo qual o novo assalariado aí se insere, vai estar estreitamente ligado a factores cognitivos, afectivos, psicossociais e estratégicos.

As funções de acolhimento, cada vez mais instituídas na empresa, poderão constituir uma das respostas que permitam um acordo, entre a integridade pessoal do assalariado e o contexto cultural da empresa, tendo em conta essencialmente os parâmetros psicológicos.

A. Wagner, da *Fédération*

Europeéne des Associations des Psychologues, foi o moderador do grupo que debateu o tema *Contextos Culturais e Imagens dos Psicólogos*, tendo feito uma síntese do desenvolvimento da psicologia em diferentes países e apresentado o trabalho que esta Federação tem vindo a fazer, a nível da harmonização das condições de formação e ao nível do estabelecimento de um código deontológico ao nível europeu.

Tal como foi salientado, as representações do papel profissional do psicólogo no imaginário social são muito diferentes, mesmo no interior do mesmo contexto cultural. O psicólogo, qualquer que seja a sua cultura de origem, acompanha as evoluções socio-económicas e humanas da comunidade cultural na qual trabalha, tendo em conta na sua intervenção a especificidade cultural desta comunidade.

Os ateliers abordaram temas que foram desde adaptação psicológica e cultura, integração da criança deficiente e contexto cultural, psicodrama e cultura, etnopsicomotricidade e a identidade cultural e musicoterapia.

De destacar o atelier orientado por F. de Castro Carneiro da Universidade do Porto sobre *O teste da árvore: uma abordagem dinâmica*. Através de um contexto metodológico próprio, o autor mostrou-nos como o tão divulgado teste da árvore, poderá constituir um meio de estudo privilegiado da dinâmica do psiquismo humano.

Durante o Fórum, foi atribuído o prémio *Psicologia 1988*, a Colette Duflet-Favori, pela sua obra *Le psychologue expert en justice* editado pela P.U.E. Para os membros do júri, as abordagens práticas e teóricas desta obra, constituem um utensílio essencial para compreender a natureza e a intervenção do psicólogo, enquanto perito em justiça.

Este Fórum Internacional, organizado mais uma vez pelo *Journal des Psychologues*, permitiu o aprofundamento teórico e prático de situações diferenciadas num contexto cultural.

O *7ème Forum Professionnel des Psychologues*, vai ter lugar em Montpellier, de 15 a 17 de Junho de 1989 e irá subordinar-se ao tema: *Conflits-Origines, Evolutions, Dépassements*.

3º CONGRESSO MUNDIAL BIENAL SOBRE A IMPOTÊNCIA SEXUAL E 6º SYMPOSIUM INTERNACIONAL BIENAL PARA A REVASCULARIZAÇÃO DOS CORPOS CAVERNOSOS (*)

Realizaram-se em Boston, Massachusetts, de 6 a 9 de Outubro, os 3º Congresso Mundial Bienal sobre a Impotência Sexual e 6º Symposium Internacional Bienal para a Revascularização dos Corpos Cavernosos, organizados pela I.S.I.R. (International Society for Impotence Research) e pela Associação Internacional para a Investigação Básica e Clínica sobre a Impotência Sexual e sob o patrocínio da escola de Medicina da Universidade de Boston.

No âmbito deste evento realizou-se um curso pré-congresso sobre: anatomia, fisiologia, fisiopatologia, diagnóstico e terapêutica da impotência sexual masculina ministrado pelos melhores especialistas mundiais na matéria, no dia 6 de Outubro.

Os trabalhos apresentados por especialistas de todo o mundo, decorreram de 7 a 9 e dado o seu grande volume e qualidade, houve necessidade de funcionar em sessões simultâneas que abordaram, quer sob a forma de "Leituras do Estado da Arte" por grandes especialistas como William Masters, do Masters and Johnson Institute (USA), ou Adrian Zorngiotti, presidente do I.S.I.R. (USA), quer sob a forma de comunicações e posters, seguidos de debate acerca do conteúdo e avanços sugeridos ou propostos em áreas diversificadas como Anatomia, Fisiologia, Farmacologia, Etiologia, Diagnóstico e Terapêutica das disfunções erécteis, particularmente da Impotência Sexual Masculina.

No âmbito da terapêutica foram privilegiados os métodos terapêuticos, hoje mais sob as atenções dos especialistas nesta problemática, nomeadamente a terapêutica farmacológica, com a leitura sobre o Estado da Arte feita pelo famoso investigador da Universidade da Califórnia, Prof. Tom Lue; da terapêutica cirúrgica particularmente a revascularização arterial, pelo pioneiro igualmente famoso, V. Michal da Checoslováquia, Universidade de Praga; da cirurgia venosa para o tratamento da impotência por Wespes

da Bélgica.

Também e sob a moderação de W. L. Furlow (USA) se desenvolveu o fórum sobre Próteses e Engenharia Biomédica, onde se consideraram os avanços nos equipamentos para diagnóstico, considerando a pesquisa da rigidez peniana e as Cavernometria e Cavernografia por infusão dinâmica; bem como os equipamentos para tratamento, nomeadamente as próteses penianas, e os de vácuo para utilização externa.

Pela primeira vez na história destas organizações e ocupando uma manhã dos trabalhos foi abordada a Disfunção Sexual Feminina, quer do ponto de vista da componente Psíquica como da Orgânica, com comunicações de investigação básica e clínica.

A participação neste congresso, revela o crescente interesse a nível mundial pela procura de novas soluções ou desenvolvimentos das existentes para a Terapêutica da Disfunção Sexual.

Foram apresentados cerca de 250 trabalhos nas diversas sessões, para além do curso pré-congresso, dos quais, duas apresentadas pela equipa que a Clínica do Homem fez deslocar a este fórum mundial, um deles com o título "O estudo das perturbações psicológicas em homens com disfunção sexual", e o outro "A Rigidometria em tempo-real com Rigi-Scan e a sua exactidão".

Participaram nos trabalhos, 260 investigadores de 29 países, estando Portugal representado pela equipa Clínica do Homem, dirigida pelos Dr. Pereira da Silva e Dr. M.C. Mota Diniz e constituída ainda pelos Dr. Eduardo C. Moos e Dr. J. de Lencastre.

Decidiu-se no plenário dos membros do I.S.I.R., realizado em 9/10 que o próxima Meeting Mundial desta organização se realizará em 1990, no Brasil, Rio de Janeiro e o seguinte em Itália, Milão em 1992.

Portugal, através da equipa da Clínica do Homem propôs a realização de uma edição do referido Meeting Mundial em Portugal, Lisboa, deixando como proposta bem maleável a sua disponibilidade para receber este acontecimento em 1994, 1996 ou 1998.

(*) Notícia enviada pela Equipa da Clínica do Homem, Av. dos Hospitais Cívicos de Lisboa, 8, Reboleira, 2700 AMADORA.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

INDICE DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO
JORNAL DE PSICOLOGIA, 1988, VOL. 7

NÚMERO 1 (Março/Abril)

- IDENTIDADE SEXUAL - Jaime Milheiro
- AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE O CONCEITO DE SOBREDOTAÇÃO - Leandro S. Almeida e Conceição Nogueira
- UM MODELO DE INTERVENÇÃO NA LINGUAGEM CENTRADA NA CRIANÇA E NA CONVERSAÇÃO - Sylvianne Rigolet Neves
- ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA GERONTOPSICOLOGIA - Graça Santos Seco e Ana Cardoso - Allen

NÚMERO 2 (Maio/Junho)

- ORIENTAÇÃO VOCACIONAL: EVOLUÇÕES NA TEORIA E NA PRÁTICA - A.G. Watts
- EMOÇÕES: UM DESAFIO A CUMPRIR - Ângela C. Maia e Paula C. Santos
- DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA SOCIAL EM CRIANÇAS DE 10 ANOS - José-Maria Roman Sanchez e Gonzalo Musitu Ochoa
- ENTREVISTA COM PETER BRYANT - Leandro da Silva Almeida

NÚMERO 3 (Julho/Agosto)

- UMA ABORDAGEM COGNITIVA E TRANSACCIONAL À ANSIEDADE NOS TESTES E EXAMES ESCOLARES - J.F.A. Cruz
- O ESTÍMULO AO TALENTO E À EXCELÊNCIA - Eunice M.L. Soriano de Alencar
- A EFICÁCIA DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DO CONSUMO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO AVALIATIVA DA LITERATURA - Jorge Negreiros de Carvalho
- INTERPRETAÇÃO DIFERENCIAL DAS EXPECTATIVAS NA ESCOLA - José H. Barros de Oliveira

NÚMERO 4 (Setembro/Outubro)

- SOBRE CRIATIVIDADE - Maria da Conceição R. F. Guerreiro e Solange Wechsler
- O DESENHO DA FAMÍLIA DE ADOLESCENTES PSICÓTICOS - Francisco de Castro Carneiro
- FAMÍLIAS COM JOVENS DROGADOS: DESAFIO PARA PAIS, FILHOS E PARA A PSICOLOGIA SOCIAL APLICADA - Aires Gameiro
- DIFERENCIAR A PEDAGOGIA ESCOLAR - Georges Meuris

NÚMERO 5 (Novembro/Dezembro)

- TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO NOS ESTADOS UNIDOS - Kenneth B. Hoyth
- DOS ACTORES AOS OBSERVADORES PARTICIPANTES DO FENÓMENO MIGRATÓRIO - Félix Neto
- EFEITOS PSICOLÓGICOS DA ACTIVIDADE FÍSICA - José Luis Pais Ribeiro
- A CRIANÇA CARECIDA DE MEIO FAMILIAR NORMAL - Dina Henriques

1. Devem ser enviadas três cópias (incluindo o original) do manuscrito, para o Director, Jornal de Psicologia, Rua das Taipas, 76 — 4000 PORTO.

2. Os manuscritos não devem, ordinariamente, ultrapassar as 12-15 páginas, dactilografadas a 2 espaços. Todas as páginas devem ser numeradas sequencialmente. Deve incluir-se um resumo em português, o título do artigo em inglês e em francês, um resumo em inglês (abstract) e em francês (résumé); os resumos devem ter aproximadamente 150 palavras. Quadros, figuras, resumo, abstract, résumé e referências bibliográficas devem ser dactilografadas em páginas separadas.

3. Da primeira página do manuscrito, devem constar as seguintes informações: a) Título do artigo; b) nome(s) e afiliação(s) institucional(ais) do(s) autor(es); c) morada actual do(s) autor(es).

4. a) Os quadros devem ser numerados sequencialmente e devem ter título. Cada quadro deve constar de folhas separadas, e a sua localização aproximada deve ser indicada por uma linha do texto transcrita em separado (por exemplo: "O Quadro I entra aproximadamente depois da seguinte linha...").

b) Gráficos e outras figuras, também transcritos em folhas à parte, devem ser numerados sequencialmente (ex.: fig. 1, fig. 2, etc.), e a sua localização deve ser indicada de forma idêntica à dos quadros. As figuras devem ser desenhadas a tinta da China e cuidadosamente legendadas.

c) Nos casos em que se justifique, o Jornal de Psicologia poderá solicitar ao(s) autor(es) uma participação nos custos de reprodução de gravuras.

5. As notas de roda-pé, dactilografadas em separado, devem ser reduzidas ao mínimo, e numeradas sequencialmente, sendo publicadas no final do texto.

6. As referências devem ser citadas ao longo do texto (e não em roda-pé), consoante o nome do autor(es) seguido do ano da publicação entre parêntesis. Por exemplo: "como Piaget (1964) fez notar..." ou "Krohne e Laux (1981) concluíram que..."

A lista de referências bibliográficas deve ser organizada alfabeticamente, tendo o cuidado de sublinhar, respectivamente: a) Título da revista onde foi publicado o artigo; b) Título do livro; c) Título do livro onde foi publicado o artigo; d) Título da comunicação. Exemplos:

a) Artigos de revista

Abrami, P., Leventhall, L., e Perry, R. (1982). Educational Seduction *Review of Education Research*, 52, 446-464.

b) Livros

Garber, J., e Seligman, M. (1980). *Human Helplessness*. New York: Academic Press.

c) Artigos em livros

Dunklin, M. (1985). Research on teaching in higher education. In M. C. Wittrock (Ed.) *Handbook of research on teaching* (3rd ed.). New York: MacMillan.

d) Comunicações

Margh, H., e Overall, J. (1979). *Validity of students evaluations of teaching*. Comunicação apresentada no Encontro Anual da American Educational Research Association, San Francisco.

Em caso de dúvida, os autores deverão consultar o APA Publishing Manual, 3rd edition (1983).

7. São gratuitamente fornecidas ao(s) autor(es) duas cópias do número do jornal em que saiu o respectivo artigo e dez separatas do mesmo. Outras reimpressões dos artigos são fornecidas ao preço de custo mais encargos postais, se forem requisitadas quando o manuscrito é publicado.

8. Qualquer manuscrito que não obedeça às instruções acima referidas, é passível de ser devolvido para a necessária revisão antes de ser publicado.

9. Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

10. Após a sua publicação no J.P. os artigos ficam a ser propriedade deste.

VÁRIA

ÓSCAR GONÇALVES
PREMIADO PELA
UNIVERSIDADE DE
MASSACHUSETTS

O Doutor Óscar Gonçalves, um dos directores associados do Jornal de Psicologia, acaba de ser premiado com o 125 Alumni Award com que em 1988 foram comemorados os 125 anos da Univ. de Massachusetts. Este prémio, atribuído a 18 de Novembro em cerimónia pública realizada nesta Universidade, reconhece os êxitos profissionais e científicos exemplares do Doutor Óscar Gonçalves que ali se doutorou e o contributo dos mesmos para as aspirações e desenvolvimento da Universidade. No texto do prémio pode ler-se, a dado passo, "Oscar Gonçalves is a truly exceptional young scholar who combines the best of American Education with the traditions that are more prevalent in Europe".

É por estas e outras notícias que gostamos de ter o Óscar entre nós.

ASSOCIAÇÃO DOS
PSICÓLOGOS PORTUGUESES
(APPORT) IMPLEMENTA
DIVISÕES

Aproveitando a dinâmica que ultimamente anima a APPORT pela mão do seu presidente Leandro Almeida e parecendo-nos oportuna a divulgação nestas colunas dos recentes empreendimento desta associação, junto trancrevemos uma notícia referente à criação das Divisões da APPORT bem como do seu Regulamento para consulta dos eventuais interessados.

Actualmente estão já constituídas as duas primeiras Divisões (com o número mínimo de 25 associados proponentes) da APPORT: Divisão nº 1 - Divisão de Psicoterapia e Consulta Psicológica, e Divisão nº 2 - Divisão de Psicologia da Educação, a primeira presidida pelo Doutor Óscar Gonçalves e a segunda pelo Doutor Leandro Almeida. Outras Divisões, por exemplo a Psicologia Militar, a Psicologia do Trabalho, a

Psicologia Judicial, estão em vias de ser formalizadas.

DIVISÕES NA APPORT:
Regulamento

Correspondendo a áreas de interesses dos associados ou a necessidades que urge ultrapassar, a APPORT apoiará a constituição de Divisões por contextos, metodologias ou áreas de intervenção, tendo em vista dinamizar a APPORT nas áreas respectivas de intervenção e contribuir para o atingir dos seus objectivos mais gerais.

Objectivos

- Desenvolver trabalhos de índice científico-profissional nas áreas de actuação respectivas;
- Apoiar a formação contínua dos psicólogos integrados nas respectivas áreas;
- Divulgar trabalhos nas respectivas áreas de intervenção;
- Habilitar a Direcção da APPORT com os pareceres necessários para a regulamentação da prática psicológica decorrente da área de interesse representada.

Funcionamento e órgãos

- Cada área de interesse ou divisão terá que ser proposta e constituída por um número mínimo de 25 associados com a qualidade de membros-efectivos;
- Cabe à Direcção da APPORT a decisão de criação e manutenção de uma Divisão, bem como aprovar, os seus moldes de funcionamento e atribuições;
- A responsabilidade de cada Divisão será confiada a um Conselho Coordenador, constituído por um Presidente e dois Vice-Presidentes;
- As eleições para o Conselho Coordenador ocorre em listas próprias e simultaneamente com as eleições para os órgãos sociais da APPORT. Cabe à Direcção da APPORT homologar os resultados eleitorais e dar posse aos membros eleitos;
- O direito a ser eleito para o Con-

selho Coordenador de cada Divisão está circunscrito aos membros efectivos da APPORT que a ela pertençam;

- Cada associado da APPORT não poderá pertencer a mais do que três das Divisões criadas.

Aspectos gerais e transitórios

- Este regulamento vigorará até 1991, altura em que, analisando-se o funcionamento das Divisões, se poderá proceder à sua alteração;

- Podem fazer parte das Divisões diferentes classes de membros que neste momento integram a APPORT;

- A admissão de um associado numa Divisão é feita pelo respectivo Conselho Coordenador. A inscrição é gratuita e não se aplica qualquer quotização para além da quota normal de associado na APPORT. O pedido de adesão deve ser acompanhado da entrega de um exemplar do curriculum vitae. Das decisões do Conselho Coordenador da Divisão o associado pode recorrer para a Direcção da APPORT;

- As primeiras eleições para o Conselho Coordenador das Divisões que venham entretanto a ser criadas ocorre em finais de 1989 na 2ª Convenção da APPORT (v. calendário). Até lá a Direcção da APPORT designará o Conselho Coordenador;

- No início de mandato, o Conselho Coordenador deve apresentar um plano de actividades e, no seu final o relatório de actividades de contas para aprovação de Direcção da APPORT;

- Qualquer conflito entre as Divisões será resolvido pela Direcção da APPORT, cabendo recurso das partes implicadas para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APPORT. Os conflitos entre as Divisões e a Direcção da APPORT serão resolvidos pela Assembleia Geral da APPORT;

- O não cumprimento do preceituado neste regulamento pode incorrer na suspensão dos Conselhos Coordenadores das Divisões;

- Nos aspectos omissos cabe à Direcção da APPORT a decisão no quadro dos seus estatutos e da legislação geral em vigor.

LIVROS DE PSICOLOGIA

O Jornal de Psicologia, no seu contínuo esforço de promover a disseminação de conhecimentos afectos à ciência psicológica, vem retomar uma iniciativa junto dos seus assinantes e leitores. São assim postas à venda um conjunto de obras englobando vários domínios do saber psicológico e não só que, na maior parte dos casos, não se encontram disponíveis no mercado livreiro nacional e que foram importadas directamente dos seus editores. Dado apenas existir um exemplar de cada obra solicita-se aos interessados que efectuem primeiro o(s) seu(s) pedido(s) para que em caso de haver mais de um pedido para uma mesma obra, seja observado como critério de opção a data de entrada do mesmo. Só após tal facto é que o Jornal de Psicologia exigirá o pagamento e fará o posterior envio do livro. Todos os preços são acrescidos de 100\$00 para despesas de porte e envio.

Ficamos a aguardar que o regresso desta iniciativa mereça o agrado e apoio de todos aqueles que continuam a acreditar em nós.

- ARGYLE, M. - *The Social Psychology of Work*, 1972, reimpresso 1981, 291 p., 800\$00.
- BARLOW, D. & HERSEN, M. - *Single Case Experimental Designs*, 2ª edição, 1984, 419 p., 3800\$00.
- BOWLBY, J. - *Attachment* (Attachment and Loss, Vol. 1), 1969, reimpresso 1981, 478 p., 1500\$00.
- BOWLBY, J. - *Loss: Sadness and Depression* (Attachment and Loss, Vol. 3), 472 p., 1980, 1500\$00.
- CASEMENT, P. - *On Learning from the Patient*, 1985, 230 p., 1500\$00.
- CONE, J.D. & HAYES - *Environmental problems/Behavioral Solutions*, 1984, 284 p., 2000\$00.
- FONTANA, D. (Ed.) - *Psychology for Teachers*, 1981, 350 p., 2250\$00.
- GELLER, E. S., WINETT, R.A. & EVERETT, P.B. - *Preserving the environment*, 1982, 338 p., 2800\$00.
- GOLDSTEIN & KANFER - *Generalization y Transfer en Psicoterapia*, 1984 (Tradução original; original de 1979), 455 p., 2100\$00.
- HEARTHER, N. & ROBERTSON, I. - *Controlled Drinking*, 1983, 328 p., 1700\$00.
- HERBERT, M. (Ed.) - *Psychology for Social Workers*, 1981, 2250\$00.
- MILLER, W.R. - *The Addictive Behaviors*, 1983, 353 p., 3000\$00.
- MORRIS, R. J. & KRATOCHWILL, T. R. - *Treating Children's Fears and Phobia*, 1983, 306 p., 2900\$00.
- MURGATROYD, S. - *Counseling and Helping*, 1985, 170 p., 1500\$00.
- PREMACK, D. & PREMACK, A. J. - *The Mind of an Ape*, 1984, 165 p., 1700\$00.
- ROSE, D. & REDFORD, J. (Eds.) - *Teaching Psychology: Information and Resources*, 258 p., 1984, 3500\$00.
- RYCROFT, C. - *A Critical Dictionary of Psychoanalysis*, 1968, reimpresso em 1985, 190 p., 1000\$00.
- SCHERER, K. & EKMAN, P. - *Handbook of Methods in Nonverbal Behavior Research*, 1982, 608 p., 3700\$00.
- SHOTTER, J. - *Imagens do Homem em Pesquisa Psicológica*, 300\$00.
- YOST, BEUTLER, CORBISHELY & ALLENDER - *Group Cognitive Therapy*, 1986, 2300\$00.
- WEISS, L. - *Dream Analysis in Psychotherapy*, 1986, 131 p., 2300\$00.
- WRIGHT, G. - *Behavioural Decision Theory. An Introduction*, 1984, 129 p., 1300\$00.

EDIÇÕES

JORNAL DE PSICOLOGIA

Encontram-se também à venda e podem ser solicitados ao Jornal de Psicologia os seguintes títulos, acrescidos da quantia de 100\$00 para portes e envio:

- GUIA DE CURSOS E PROFISSÕES - José M. Catro, Maria do Céu Taveira e Pedro Pinho - 500\$00
- JOVENS PORTUGUESES EM FRANÇA: ASPECTOS DA SUA ADAPTAÇÃO PSICO-SOCIAL - Félix Neto - 500\$00
- INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO - Maria Isolina P. Borges - 750\$00
- A INTELIGÊNCIA E AS DEFICIÊNCIAS INTELECTUAIS - Gunnar Kylén - 400\$00
- TEORIAS DA INTELIGÊNCIA (2ª edição, revista e ampliada) - Leandro S. Almeida - 800\$00
- ESCALAS LOCUS DE CONTROLO PARA CRIANÇAS - Orlando M. Lourenço - 300\$00

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- *Acta Psiquiátrica e Psicológica de América Latina*, 1988, vol. XXXIV, nº 1, Março.
- *American Psychologist*, 1988, vol. 43, nº 8, Agosto.
- *Análise Psicológica*, 1988, nº 2, Abril.
- *Apa Monitor*, 1988, vol. 19, nº 10, Outubro.
- *Apuntes de Psicologia*, 1988, nº 25, 2º trimestre.
- *Guia del Psicologo*, 1988, nºs 60, 66, 67, Abril/Novembro/Dezembro.
- *Hospitalidade*, 1988, Ano 52, nº 203 e 205, Outubro e Dezembro.
- *O Médico*, 1988, Ano 39, vol. 119, nºs 1908, 1909.
- *Revista Portuguesa de Educação*, 1988, 1, (1), Centro de Estudos Educacionais e Desenvolvimento Comunitário da Universidade do Minho.
- *Revista Universitária de Psicologia*, 1988, 1, 2.
- *Solidariedade*, 1988, Ano II, nº 25, Abril.
- *Temas*, 1986, Ano XVI, nºs 30, 31.
- *The Psychologist*, 1988, vol. 1, nº 4, 5, 6, 11 e 12.

REVISTA UNIVERSITÁRIA
DE
PSICOLOGIA

UMA REVISTA
DE ALUNOS E FEITA POR ALUNOS
PARA TODOS OS INTERESSADOS
EM TEMAS DA ÁREA
DA
PSICOLOGIA

Publicação da
Associação Nacional de
Estudantes de Psicologia

À venda nas Associações de Estudantes



Receba em sua casa de modo
mais económico e cómodo o seu

Jornal de
PSICOLOGIA

fazendo ou renovando hoje mesmo a sua assinatura anual.

Envie a sua carta ou ficha de renovação de assinatura acompanhada do respectivo cheque ou vale de correio para

JORNAL DE PSICOLOGIA
RUA DAS TAIPAS, 76
4000 PORTO

ASSINATURA ANUAL:

Portugal: Pessoal, 1000\$00
Instituições, 2000\$00

Outros Países - ver página 2

Número atrasados: 200\$00

Actualidade
e
divulgação
em
Psicologia

CALENDÁRIO

NACIONAL

- JORNADAS INTERNACIONAIS DE PSIQUIATRIA E SAÚDE MENTAL. Porto, 13, 14 e 15 de Abril de 1989. - Informações: U.T.C. - Hospital de Magalhães Lemos, Estrada Interior da Circunvalação - 4100 PORTO
- III as JORNADAS DE SAÚDE MENTAL DO ALGARVE. Aldeia das Açotelas, 26-29 de Abril de 1989. - Informações: Secretariado das IIIas Jornadas de Saúde mental do Algarve, Apartado 458 - 8000 FARO.
- II CONVENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES. Reitoria da Universidade de Lisboa, 23-26 de Novembro de 1989. - Informações: Apartado 4353 - 4006 PORTO CODEX.

INTERNACIONAL

- PREMIER COLLOQUE DE L'ASSOCIATION INTERNATIONALE DES CRIMINOLOGUES DE LANGUE FRANÇAISE (AICLF). Genève (Suisse), 24-25 de Fevereiro de 1989. - Informações: M. Marcel Meichtry, AICLF, 26, ch. de la Caroline, CH - 1213, Petit-Lancy (Genève) Suisse.
- NINTH INTERNATIONAL CONGRESS ON PRE-AND PERINATAL PSYCHOLOGY AND MEDICINE. Jerusalem, 26-31 de Março de 1989. - Informações: ISPP Congress Secretariat, c/o International Ltd., P.O. Box 29313, 65121 Tel-Aviv, Israel.
- 17 émes RECONTRES INTERNATIONALES D'ASCONA - LA PERSONNE VIEILLISSANTE ET SON MEDECIN. Ascona, 31 de Março a 2 de Abril de 1989. - Informações: Prof. Boris Luban-Piozza, Piazza Pedrazzini, CH-6612, Ascona, Suisse.
- FOURTH WEST EUROPEAN CONGRESS ON THE PSYCHOLOGY OF WORK AND ORGANIZATION. Cambridge, England, 10-12 de Abril de 1989. - Informações: Chris Brotherton, Program Organizer, Department of Psychology, University of Nottingham, University Park, Nottingham, NG7 2RD, U.K.
- COLLOQUE INTERNATIONAL - INFORMATION; CULTURE ET SOCIETE: LA MONTEE DES RESEAUX. Grenoble, 9-12 de Maio de 1989. - Informações: Claude Martin, Université des Sciences Sociales de Grenoble, Service de la Recherche, Réseau TNS, BP 47X, 38 040 Grenoble Cedex, France.
- INTERNATIONAL CONFERENCE IN SPECIAL EDUCATION. Vancouver, B.E., Canadá, 17-20 de Maio de 1989. - Informações: Dr. Margo Csapo, University of British Columbia, Faculty of Education, 2125 Main Mail, Vancouver, B.C. Canada V6Y 1Z5.
- Ier CONGRÈS NATIONAL DE LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE PSYCHIATRIE DE L'ENFANT ET DE L'ADOLESCENT - GENESE, VICISSITUDES DES CONDUITES DE DEPENDANCE. ASSOMPTION DE L'INDEPENDANCE. Paris, 2-4 de Junho de 1989. - Informações: Pr. M. Basquin, Hôpital de la Salpêtrière, 47, Bd. de l'Hospital, 7651, Paris Cedex 13.
- 47TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL OF PSYCHOLOGISTS. Halifax, Nova Scotia, 2-6 de Junho de 1989. - Informações: Secretariat, 4805 Regent St. Madison, WI 53705, USA.
- XXII INTERAMERICAN CONGRESS OF PSYCHOLOGY. Buenos Aires, Argentina, 25-30 de Junho de 1989. - Informações: Ana Alvarez, SIP Secretary General, P.O. Box 23174, UPR Station, Rio Piedras, PR 00931-3174.
- WORLD CONGRESS OF COGNITIVE THERAPY. Oxford, 28 de Junho a 2 de Julho de 1989. - Informações: Department of Psychiatry, University of Oxford, Warneford Hospital, Oxford OX37JX, UK.
- SECOND EUROPEAN CONFERENCE ON COMPUTERS IN CAREERS GUIDANCE. Cambridge, 28-30 de Junho de 1989. - Informações: Ms Janet Selby, Conference Secretary, CRAC/NICEC, Sheraton House, Castle Park, Cambridge CB3 OAX, England.
- FIRST INTERNATIONAL CONGRESS ON VIOLENCE AND SOCIAL MYTH. Jerusalem, 2-6 de Julho de 1989. - Informações: 1st International Congress on Violence and Social Myth. C/o International Ltd. P.O.Box 29313, 61292 Tel-Aviv, Israel.
- FIRST EUROPEAN CONGRESS OF PSYCHOLOGY. Amsterdam, The Netherlands, 2-7 de Julho de 1989. - Informações: Congress Secretariat, P.O. Box 5362, 1007 AJ Amsterdam, The Netherlands.
- INTERNATIONAL SEMINAR ON FAMILY LIFE AND SEXUAL HEALTH EDUCATION. Tel-Aviv, 10-13 de Julho de 1989. - Informações: E. Chigier, Organizing Committee, Israel Society for Adolescent Health, 12 Kaplan St., Tel-Aviv 6474 Israel.
- 1989 WORLD CONGRESS FOR MENTAL HEALTH. Auckland (Nova Zelândia), 21-25 de Agosto de 1989. - Informações: World Mental Health Congress 89, c/o Convention Management Services. P.O. Box 3839, Auckland, Nova Zelândia.
- X CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOTERAPIA DE GRUPO: "RENCONTRE OU ALIENATION. LA SIGNIFICATION DU GROUPE DANS LA SOCIÉTÉ ACTUELLE" - Amesterdam (Holanda), 27 de Agosto a 2 de Setembro de 1989 - Informações: IAGP. Amsterdam Congress 1989. Vrite Universiteit Conference Service. P.O.B. 7161. 1007 MC Amesterdam - The Netherlands
- INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON MOTOR LEARNING AND MOTOR BEHAVIOR. Saarbrücken, Germany, 29 de Agosto a 1 de Setembro de 1989. - Informações: Internationales Symposium "Motorikund Bewegungsforschung", Sportwissenschaftliches Institut der Universität des Saarlandes, Im Stadtwald, Bau 56, D-6600 Saarbrücken, Attn: Claudia Splittgerber.
- THIRD EUROPEAN CONFERENCE FOR RESEARCH ON LEARNING AND INSTRUCTION. Universidad Autonoma de Madrid, Facultad de Psicologia, 4-7 September 1989. - Informações: Mario Carretero, Facultad de Psicologia, Universidad Autonoma de Madrid, Cantoblanco, 28049 Madrid, Spain.
- SIXTH WORLD CONGRESS ON PAIN. Adelaide, Austrália, Abril de 1990. - Informações: International Association for the Study of Pain, 909 NE 43rd St., Suite 306, Seattle, Washington 98105-6020.
- 22ND INTERNATIONAL CONGRESS OF APPLIED PSYCHOLOGY. Kyoto (Japão), 22-27 de Julho de 1990 - Informações: Secretariat, 22nd IAAP Congress C/O Kyoto International Conference Hall. Takara-Ike, Sakyo-Ku 606. Kyoto - Japão.

JORNAL DE PSICOLOGIA em 1989

Caro Leitor

Em 1989 entramos no oitavo ano consecutivo de publicação. E, como sempre, esperam-nos dificuldades. Também nos espera a certeza de que é nosso dever chegar ao fim de cada ano mantendo a regularidade a que habituámos quantos em nós têm continuado a acreditar. Mas mesmo os movimentos pendulares precisam de alguns estremecimentos. Em 1989, o Jornal de Psicologia empreenderá algumas mudanças. Uma há que tende a ser cíclica, mas não necessariamente por culpa nossa. É a dos preços. A venda de cada exemplar ao público passará a custar 250\$00 e as assinaturas passarão a custar 1000\$00 (individual) e 2000\$00 (institucional). Este aumento (20% - 25%) não se justifica pelos ganhos que pretendemos vir a ter, mas sim pelos encargos que efectivamente teremos. Não há - nunca houve aliás - o sentido do lucro nesta publicação. Mas há, sobretudo, o sentido das proporções. Julgamos que os preços agora anunciados vão de par, não só com os aumentos dos encargos tipográficos mas também e acima de tudo com os custos humanos que uma produção deste tipo mobiliza ao longo do ano inteiro. Também não ousaremos pedir mais e pensamos mesmo que, se não houver um declínio significativo nas vendas ao público e nas renovações e lou angariações de novos assinantes, entraremos na próxima década mantendo os preços ora anunciados.

Este número (5/88) é o último de uma série que se inaugurou em 1985. O número 1/89 virá com capa remoçada que esperamos poder ajudar a esquecer o "senão" do aumento dos preços.

Investiremos ainda mais na qualidade gráfica. Dinimizaremos mais o quadrante editorial/livreiro. Acompanharemos mais de perto e de forma mais actuante, acções levadas a cabo por organismos formadores, nomeadamente, a Associação dos Psicólogos Portugueses. Tentaremos rentabilizar ao máximo as nossas disponibilidades no sentido de oferecer um maior rigor científico e uma maior actualidade, em termos nacionais e internacionais, de temas da Psicologia e ciências afins. Iremos fazer mais e melhor (temos a vindo a seguir este programa de treino, desde 1982, com resultados animadores).

Caro leitor, se teve fôlego para ler esta "carta" ficou a saber que é difícil, muito difícil mesmo, resistir ao Jornal de Psicologia. Vai ver que no próximo número algumas das frases que, no parágrafo anterior, foram conjugadas no futuro, passarão a ter uma dimensão presente. Fique connosco, ao menos para ver.

Um abraço do

Jornal de Psicologia